

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS, Vol 01, nº 02

REVISTA CIENTÍFICA



ESFERA ACADÊMICA
HUMANAS

ISSN 2526-1339

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS

Volume 1, número 2

**Vitória
2016**

EXPEDIENTE

FACULDADE BRASILEIRA MULTIVIX-VITÓRIA

DIRETOR EXECUTIVO

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Bom Costalonga

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra Barbosa Oliveira
Caroline de Queiroz Costa Vitorino
Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio
Michelle Moreira
Patricia de Oliveira Penina

COMITÊ CIENTÍFICO

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio
Kirlla Cristine A. Dornelas

Patricia de Oliveira Penina
Tatyana Lellis da Matta e Silva

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aline Silva Sauer
Andréa Curtiss Alvarenga
Andrielly Moutinho Knupp
Daniele Drumond Neves
Gabriel Ferreira Sartório
Júlia Miranda Falcão
Lilian Pereira Menenguci
Priscila Alves De Freitas
Sandra L. Moscon Coutinho

Publicação Semestral

ISSN 2526-1339

Temática: Humanas

Revisão Português

Maria Gabriela Verediano Balardino

Capa

Marketing Faculdade Brasileira Multivix-Vitória

Esfera Acadêmica Humanas / Faculdade Brasileira –
v. 1, n. 2 (2016). - Vitória: Multivix, 2016.

– v.1, n. 2, jul./dez. 2016

Semestral
ISSN 2526-1339

1. Produção científica – Faculdade Brasileira.

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente,
os pensamentos dos editores.*

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Brasileira Multivix-Vitória

Rua José Alves, 301, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: pesquisa.vitoria@multivix.edu.br

APRESENTAÇÃO

Vivemos um momento histórico em que a informação e o conhecimento são elementos vitais na configuração dos novos formatos das relações sociais. Nesse mundo no qual as tecnologias e as redes sociais transformam a realidade a cada instante, recai sobre os sujeitos sociais a exigência contínua de uma formação profissional que os torne aptos a atenderem às demandas de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

No “admirável mundo novo”, a informação como ferramenta de criação do conhecimento, torna-se um elemento decisivo na produção de bens materiais que, por consequência, resultarão na melhoria da qualidade de vida das populações.

Ciente de seu papel social e dos desafios impostos pela contemporaneidade, a Faculdade Brasileira/Multivix Vitória se insere no contexto de transformações das profissões e da sociedade com muita responsabilidade através do registro dos avanços das pesquisas nas diversas áreas.

É com grande satisfação que estamos lançando o primeiro exemplar da Revista Científica ESFERA ACADÊMICA HUMANAS aportando contribuições da área das Ciências Humanas.

Nosso agradecimento a toda equipe que auxiliou na sua produção fortalecendo cada vez mais nossos vínculos institucionais.

Boa leitura!

Conselho Editorial

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM EMPRESAS CONSTRUTORAS..... | 06 |
| Lívia Mendonça Mattos; Sandra Moscon Coutinho; Fabrícia Delfino Rembiski | |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, PRÁTICAS E PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA,ES..... | 13 |
| Luziane Ardisson Casseiro; Mirian Batista Valadares Ribeiro; Nilza da Rocha Martins de Jesus; Caio Simão de Lima | |
| IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO: SUGESTÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE INOVADOR NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SERRA/ES..... | 23 |
| Priscila Alves de Freitas; Lorena Manenti | |
| INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICO, AUDITIVO E VISUAL NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO REGULAR: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA..... | 36 |
| José Pedro da Rocha Junior | |

ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM EMPRESAS CONSTRUTORAS

Lívia Mendonça Mattos¹; Sandra Moscon Coutinho²; Fabrícia Delfino Rembiski³

1. Arquiteta e Urbanista pela Faculdade Brasileira - MULTIVIX Vitória.
2. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do ES (UFES). Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente da Faculdade Brasileira - MULTIVIX Vitória.
3. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do ES (UFES). Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Brasileira - MULTIVIX Vitória.

RESUMO

A necessidade de obter cada vez mais qualidade e aumento de produtividade no mercado mundial, vem atingindo diversos setores, inclusive a construção civil. Sendo assim, as empresas vêm buscando desenvolver estratégias diferenciadas para conseguir manter-se no mercado competitivo. Entre elas, a implantação do gerenciamento de projetos, que consegue atender às necessidades de redução dos erros e, conseqüentemente, redução dos custos e prazos das obras, promovendo aumento de qualidade. Neste contexto, o presente trabalho apresenta uma análise comparativa do gerenciamento de projetos implantado em três empresas construtoras, localizadas em Vitória (Espírito Santo, Brasil). Por meio de entrevistas com aplicação de questionários, os seguintes itens foram investigados: (a) contratação e definição do escopo de projetos e serviços; (b) pré-projeção: planejamento do empreendimento; (c) plano de *marketing* e (d) documentação, atividades e recursos do planejamento de projeto. Após a análise comparativa das respostas dos questionários, observando-se os pontos positivos, negativos, similaridades, diferenças e destaques, pode-se concluir que, nas empresas pesquisadas, o gerenciamento de projetos apresenta-se diretamente relacionado à busca da qualidade do produto final, com foco em redução de custos e desenvolvimento de projeto de edificações. Como contribuição, são propostas sugestões de melhorias, referentes aos itens investigados, para as empresas analisadas no artigo.

Palavras-chave: Qualidade, Produtividade, Gerenciamento de Projetos, Custos, Prazos.

ABSTRACT

The need to get more quality and increased productivity on the world market has reached several sectors, including construction. Therefore, companies are seeking to develop different strategies to remain in the competitive market. Among them, the project management implementation, which can meet the needs of errors reduction and, consequently, reduce costs and deadlines, promoting increased quality. In this context, this paper presents a comparative analysis of the implanted project management in three construction companies, located in Vitoria (Brazil, Espírito Santo). Through interviews with questionnaires, the following items were investigated: (a) contracting and defining the scope of projects and services; (b) pre-projecting: project planning; (c) marketing plan; and (d) documentation, activities and project planning resources. After a comparative analysis of questionnaire responses, observing the positive and negative points, similarities, differences and highlights, it can be concluded that in the construction companies surveyed, the project management features directly related to the search of quality, focusing on cost reduction and development of building design. In contribution, suggestions for improvements are proposed, referring to the items investigated in construction companies analyzed in this article.

Keywords: Quality, Productivity, Project management, Costs, Deadlines.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de obter cada vez mais qualidade e aumento de produtividade no mercado mundial, está atingindo todos os setores, inclusive a construção civil. Com a modernidade e a globalização, as empresas estão passando por um processo de mudanças tecnológicas para atender as necessidades exigidas pelo mercado (VANNI, 1999). Relacionando com a

economia, houve a necessidade de esse setor reduzir seus erros, conseqüentemente, reduzindo seus custos e prazos. A técnica de gerenciamento de projetos é implantada nesse momento, atendendo às necessidades das empresas, com investimento inicial alto, mas sendo lucrativo posteriormente (MELHADO, 2005).

Os diversos clientes do mercado da construção civil estão entendendo, cada vez mais, sobre a importância da estratégia da gestão de projetos aplicada aos empreendimentos. Com isso, os clientes buscam mais qualidade durante a aquisição de um imóvel em um empreendimento (SILVA, 2003). Dessa forma, a busca da qualidade está relacionada a uma boa gestão, o que gera maior competitividade e produtividade. Essa gestão envolve um bom planejamento, uma boa equipe de profissionais, organização e responsabilidades dos envolvidos.

A gestão de projetos é aplicada em várias etapas, como o planejamento, projeto e execução de obras e projetos, e apresenta grandes benefícios para as empresas. Existem várias definições para o tema. Para Dinsmore (1992, p.19): “[...] a gerência de projetos é a combinação de pessoas, técnicas e sistemas necessários à administração dos recursos indispensáveis ao objetivo de atingir o êxito final do projeto”. Um bom gerenciamento de projetos proporciona vantagens às empresas, com o planejamento adequado, redução de desperdícios, custos e prazos, possibilitando economia de recursos quando aplicado corretamente.

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta uma análise comparativa do gerenciamento de projetos implantado em três empresas construtoras, localizadas em Vitória (ES). Baseado em pesquisa bibliográfica e, principalmente, em Castro (2010), foi elaborado e aplicado um questionário nas empresas que se destacam no mercado local, e que atuam na construção de empreendimentos residenciais e comerciais.

O questionário aplicado nas entrevistas abrange inicialmente a caracterização das empresas e dos entrevistados, e em seguida perguntas relativas aos itens: (a) contratação e definição do escopo de projetos e serviços; (b) pré-projeção, planejamento do empreendimento; (c) plano de *marketing* e (d) documentação, atividades e recursos do planejamento de projeto. A seguir serão descritos os principais resultados e análises, através dos dados obtidos.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 Caracterização das empresas e dos entrevistados

A fim de preservar a identidade das empresas visitadas e dos entrevistados participantes dessa pesquisa, as empresas serão aqui denominadas: Empresa A, Empresa B e Empresa C. Por sua vez, os entrevistados, que são os responsáveis pelo gerenciamento de projetos nas empresas pesquisadas: E1, E2 e E3, respectivamente. As suas principais características estão descritas no quadro 1.

Quadro1: Caracterização das empresas e entrevistados (continua)

| Características das Empresas | Empresa A | Empresa B | Empresa C |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ramo de Atuação | Construtora e Incorporadora | Construtora e Incorporadora | Construtora e Incorporadora |
| Tempo de Atuação no Mercado | 11 a 20 anos | Mais de 21 anos | Mais de 21 anos |
| Nº de Funcionários do Quadro Administrativo | 20 a 99 | 20 a 99 | 100 a 499 |
| Nº de Empreendimentos em Fase de Projeto | 2 | 1 | 10 |
| Nº de Empreendimentos em Fase de Execução | 2 | 2 | 16 |
| Nº de Empreendimentos Concluídos | 20 | 46 | 80 a 100z |

Fonte: Arquivo pessoal

Quadro1: Caracterização das empresas e entrevistados (conclusão)

| Características das Empresas | Empresa A | Empresa B | Empresa C |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Sistema de Gestão Implantado | NBR ISO 9001 SIAC (PBQP-H) | NBR ISO 9001 SIAC (PBQP-H) | Sistema Próprio |
| Características dos entrevistados | Empresa A: E1 | Empresa B: E2 | Empresa C: E3 |
| Idade | 29 anos | 28 anos | 40 anos |
| Formação | Graduação em Arquitetura e Urbanismo Mestrado em Engenharia Civil | Graduação em Engenharia de Produção | Graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| Tempo de Atuação no Mercado | 4 anos | 4 anos | 20 anos |
| Tempo de Atuação na Empresa | 3 anos | 4 anos | 14 anos |

Fonte: Arquivo pessoal

A Empresa C possui um quadro de funcionários maior que as demais, bem como empreendimentos em construção e concluídos. Entretanto, E3 relata que sua empresa não possui sistema de gestão implantado, e, sim, um sistema próprio integrado, elaborado pela equipe interna, cujos itens são baseados na norma, em boas práticas de mercado e em experiências próprias. Alegando ser esta uma decisão estratégia tomada pelos sócios da empresa, acreditam que todos conseguem obter maiores benefícios com essa implantação.

Em relação aos entrevistados, observa-se que apesar das semelhanças nas informações, apenas E2 possui graduação em Engenharia de Produção, enquanto os demais possuem sua formação em Arquitetura e Urbanismo. Isso mostra que o cargo de gerente de projetos pode ser ocupado por diferentes profissionais da área, e um fator importante é ter conhecimento da função, além de outras habilidades pessoais, como liderança, organização, capacidade de negociação de conflitos, entre outras.

2.2 Análise dos questionários

2.2.1 Contratação e definição do escopo de projetos e serviços

Em relação a esse item, foi possível observar que as empresas entrevistadas não possuem procedimentos para definição e contratação dos responsáveis pelos projetos. Elas já possuem seus projetistas parceiros que, na maioria das vezes, fazem parte de todos os projetos novos da empresa. A contratação desses projetistas é realizada de acordo com o desenvolvimento do empreendimento. Não é necessário uma pré-seleção ou consulta de cadastro, pois os projetistas contratados costumam ser parceiros da empresa. Segundo E1 “[...] aqui em Vitória não há tanta variedade de projetistas [...]”. Quando há necessidade da contratação de novos, independente da especialidade, ambos fazem a contratação por indicação de outras construtoras.

Quando perguntado se as empresas estabelecem critérios de custos, prazos e qualidade dos projetos, todas responderam de forma positiva. Outra pergunta realizada se refere aos agentes envolvidos na etapa de planejamento do empreendimento. Na empresa A e C eram os setores de planejamento e novos negócios que realizam esse planejamento. Não foram informados pelo E1 e E3 os cargos que compõem esses setores. Já na empresa B, E2 não soube informar, visto que a etapa de planejamento é terceirizada.

2.2.2 Pré – projeção: planejamento do empreendimento

Em relação aos agentes envolvidos na etapa de planejamento do empreendimento, ou seja, a etapa preliminar ao processo de projetos observa-se que, nas três empresas pesquisadas, os diretores das empresas são os principais agentes.

Na Empresa C, notou-se a participação do gerente de projetos e, também, do coordenador de projetos da empresa. Por sua vez, o arquiteto contratado que será responsável pelo projeto arquitetônico, não participa dessa etapa em nenhuma das empresas pesquisadas, só começando a partir da etapa de projeto.

2.2.3 Plano de marketing

Em relação ao plano estratégico de negócios e produtos, as empresas A e C responderam que elaboram o planejamento de marketing do empreendimento. A empresa B, por sua vez, respondeu que não realiza mais esse procedimento, tendo sido realizado em outros períodos. O quadro 2 apresenta as tarefas realizadas pelas empresas pesquisadas relacionadas ao plano de *marketing*.

Quadro 2: Elaboração do planejamento de *marketing* das empresas

| Tarefas | Empresa A | Empresa B | Empresa C |
|--|-----------|-----------|-----------|
| Tipo de empreendimento a ser desenvolvido | X | | X |
| Definição das características gerais do programa de necessidades do público alvo | X | | X |
| Definição do tipo de terreno necessário para realização do empreendimento | | | |
| Identificação das oportunidades de diferenciação | X | | X |
| Definição do preço de venda preliminar | X | | |
| Estimativa da velocidade de comercialização | X | | X |
| Verificação dos custos de lançamento e propaganda | X | | X |

Fonte: Arquivo pessoal

Segundo os resultados do quadro 2, a empresa B não realiza nenhuma das tarefas questionadas, provavelmente, por possuir uma forma particular de divulgar seus novos empreendimentos. Por sua vez, as empresas A e C responderam que planejam detalhadamente a apresentação de novos empreendimentos, possibilitando atrair novos clientes.

2.2.4 Documentação, atividades e recursos do planejamento de projeto

Nessa etapa, foi questionado se as empresas possuíam sistema de documentação de projeto (SPD), onde são registrados e anexados todos os documentos gerados ao longo do processo de projeto da edificação, de natureza gerencial e técnica.

Relativo à empresa A, o E1 respondeu que não existe um programa específico, pois os documentos são guardados na rede básica da empresa e todos conseguem ter livre acesso a eles. Por sua vez, o entrevistado E2, da empresa B afirmou que o coordenador de qualidade de sua empresa possui a responsabilidade pelo registro e controle dos documentos. Por fim, assim como a empresa B, na empresa C, o departamento de qualidade também tem acesso a esses documentos, além dos responsáveis pelos projetos.

Outra questão investigada foi sobre a utilização de softwares de gerenciamento de projetos utilizado pelas empresas. Nesse questionamento, o E1 afirmou que a empresa A estava em processo de implantação de um dos programas disponibilizados no mercado. Por sua vez, na empresa B, o E2 relatou que: “[...] utilizamos o software Totvs RM Solum, uma das ferramentas mais utilizadas e confiáveis pelas construtoras”. Enquanto na empresa C, o E3 afirmou que utilizam a ferramenta Gpweb, considerada pelos especialistas como um software colaborativo.

Dado o exposto, é possível observar que, em relação aos documentos gerados ao longo do processo de projetos, as empresas possuem seus responsáveis pelos registros e controles dos documentos. Esses documentos possuem registrados, inclusive, todas as definições e diretrizes estabelecidas no decorrer das reuniões. Portanto, acredita-se ser de grande importância o seu correto arquivamento e controle.

2.3 Observações finais em relação aos resultados

Em relação ao item inicial, planejamento de projeto, as empresas A e C apresentam vantagens, visto que elas responderam que esse planejamento é realizado pela própria empresa. Dessa forma, a garantia de que o produto final seja concluído conforme o esperado pela empresa é significativo. A empresa C se destaca por ter na equipe de planejamento, os diretores da empresa, gerente de projeto e coordenador de projeto trabalhando em conjunto. Enquanto que na empresa A, apenas os diretores participam.

Em relação ao plano de *marketing*, novamente as empresas A e C destacam-se positivamente, pois apresentam em seu plano, estratégias de contribuição para a apresentação do empreendimento ao consumidor. Sobre as documentações arquivadas, as empresas B e C demonstram mais responsabilidade e organização, pois apenas alguns profissionais possuem acesso e o controle, o que não ocorre na empresa A em que todos têm acesso à rede da empresa.

Dado o exposto, fica evidente que a empresa C se destaca entre as analisadas, visto que a forma de trabalhar e planejar seus empreendimentos apresenta resultados mais eficazes,

melhorando no desenvolvimento e na qualidade, contribuindo para que os prejuízos sejam minimizados, além de custos e prazos reduzidos.

2.4 Sugestões de melhorias

A partir dos resultados obtidos nas entrevistas, algumas sugestões de melhorias podem ser propostas, conforme exposto a seguir. Primeiramente, em relação à contratação e definição do escopo de projetos e serviços, observou-se que a empresa A não solicita e aprova de maneira formalizada no início de cada fase do projeto. Adotar esse modelo de contratação é fundamental para registrar eventuais acontecimentos que necessitem desses documentos.

Outra sugestão, referente às três empresas pesquisadas, seria a participação do Arquiteto e Urbanista na equipe de planejamento do empreendimento, visto que, em função de seus conhecimentos e habilidades, a sua participação é fundamental para o desenvolvimento de um empreendimento. Além do arquiteto, o gerente de projetos poderia também participar da equipe nas empresas A e B, e o coordenador de projeto na empresa A, todos profissionais importantes nesses momentos de decisões.

Em relação ao plano de *marketing*, pode-se sugerir que a empresa B inclua em suas práticas, visto que esta ação poderá facilitar a apresentação do empreendimento ao consumidor, demonstrando um diferencial em relação ao competitivo mercado imobiliário.

Por fim, em relação ao uso de *software* de gerenciamento de projetos, a empresa A está em fase de implantação de sistema. Com o mercado competitivo e o acelerado avanço tecnológico, a empresa encontra-se desatualizada nesse quesito, visto que grande parte das empresas já trabalha com *software*. Outra melhoria que deve ser destacada para empresa A, seria restringir o acesso de pessoas a documentações importantes, para melhorar segurança e o controle das informações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo possibilitou o conhecimento do processo de gerenciamento de projeto, no qual procurou descrever alguns conceitos básicos e suas etapas, destacando suas atividades e funções, a fim de esclarecer a técnica de gestão e o papel de cada profissional. O gerenciamento de projetos se sobressai pela aplicação de procedimentos técnicos e ferramentas, além dos recursos disponíveis no mercado.

Foi observado que a gestão de projetos é muito utilizada em diversos setores. Com o desenvolvimento da tecnologia, as empresas estão cada vez mais se modernizando e se aperfeiçoando para melhor atingir sua qualidade e adquirir cada vez mais a satisfação do cliente final, com foco também em incremento da economia e desenvolvimento. Para isso, é necessário a formação de bons profissionais e capacitá-los, e ainda o trabalho em equipe é fundamental para o sucesso do projeto.

Em relação ao projeto, ficou claro que esse é um processo temporário, desenvolvido por um grupo de pessoas. Para melhor desenvolvimento é necessário dividir as funções em equipes e trabalhar com prazos e recursos. Para isso, o planejamento é papel fundamental para estabelecer as decisões e objetivos a serem alcançados.

A análise dos resultados obtidos nas entrevistas pode demonstrar que essas empresas objetivando alcançar melhor qualidade têm buscado organização e otimização dos seus serviços, entretanto, foram observadas divergências na forma de trabalhar o método de

gestão de projetos. Apesar disso, é preciso que muitas melhorias sejam adquiridas, pois o mercado imobiliário tem exigido cada vez mais profissionais capacitados para atingir os resultados esperados. Dessa forma, as empresas participantes destacaram em suas respostas que apesar de terceirizarem seus serviços, ainda faltam profissionais projetistas no mercado capixaba.

O mundo globalizado está exigindo cada vez mais qualidade em todos os produtos e serviços, nos mais diversos setores. Para uma empresa manter a competitividade é necessário que haja busca constante por aperfeiçoamento e modernização. Quem desenvolve um bom gerenciamento de projetos, atinge melhor o resultado planejado. Qualquer profissional, com conhecimento profundo no setor da construção civil, é capaz de gerenciar um projeto e demais equipes formadas. Sobretudo, é preciso que outros estudos relativos ao tema contemplem uma amostra representativa das construtoras atuantes no município de Vitória, para comprovar os resultados obtidos nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. P. B. **Gestão do processo de projeto**. Dissertação (Pós-Graduação em Geotecnia e Construção Civil) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DINSMORE, P. C. **Gerência de programas e projetos**. São Paulo: Pini, 1992.

MELHADO, S. B. **Coordenação de projetos de edificações**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

SILVA, M. A. C. **Gestão do processo de projeto de edificações**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003.

VANNI, C. M. K. **Análise de falhas aplicada à compatibilidade de projetos na construção de edifícios**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, PRÁTICAS E PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA, ES

Luziane Ardisson Cassemiro¹; Mirian Batista Valadares Ribeiro¹; Nilza da Rocha Martins de Jesus¹; Caio Simão de Lima²

1. Graduada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade Brasileira Multivix Vitória
2. Mestre em Biologia Animal, Docente na Faculdade Brasileira - Multivix Vitória

RESUMO

O preocupante cenário de crise ambiental que estamos vivendo tem despertado olhares diferenciados para com o meio ambiente e a ação do homem sobre ele. Sendo a escola um ambiente dinamizador e que deve formar o cidadão em sua totalidade, é seu papel informar, conscientizar e sensibilizar os educandos a refletirem sobre a questão ambiental, a fim de que cada um sintam-se parte integrante do meio em que vive e busque soluções para este problema. A partir dessas reflexões, o presente trabalho buscou por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas, analisar como a abordagem do tema é efetivada nas práticas do cotidiano escolar. Foi investigado o tema em sala de aula, bem como a perspectiva dos educadores e educandos, além da análise de sua organização a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal de ensino fundamental do município de Vitória - ES, com alunos e professores do 1º ao 5º ano.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Prática Pedagógica; Educadores.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o uso da natureza pelo homem deixa impactos cada vez mais marcantes. O capitalismo e seu volume de produção demandam enormes quantidades de recursos em uma população humana que não tende a diminuir num curto espaço de tempo. Tudo isso deixa impactos, às vezes irreversíveis ou de difícil recuperação pelo ambiente (TOZONI-REIS, 2004).

Os avanços tecnológicos que utilizam recursos naturais, o aumento do consumismo, o aquecimento global, a poluição e queima de combustíveis fósseis, fazem com que nos deparemos diariamente com reportagens que noticiam a grande crise ambiental. O aumento dos preços de produtos alimentícios, além dos inúmeros aumentos em contas de água e energia, são, em parte, consequências dessa crise (PEDRINI et al., 2008).

A partir da percepção de que a ação do homem sobre a natureza poderia tornar nossas riquezas naturais insuficientes, foram viabilizados meios para discussões sobre a preservação ambiental, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como RIO-92.

[...] durante a Rio-92, aconteceu o Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais, que pactuaram o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global". [...] O tratado reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma posição na educação transformadora, convocando as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, e a cuidar do ambiente local, nacional e planetário [...] (TOZONI-REIS, 2004, p.6).

É no cenário de crise socioambiental que se pode repensar uma nova abordagem para a atuação da escola na vida dos estudantes, para que assim se contribua para a formação de cidadãos conscientes e aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

Perante o exposto, pode-se notar a extrema importância do tema Educação Ambiental no âmbito escolar, pelo fato de que a escola deve ser um local dinamizador, reflexivo e com intencionalidades específicas, para tanto, concorda-se com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) do Meio Ambiente, no que diz respeito ao fato da escola abordar não somente a questão científica, mas também, aspectos subjetivos da vida, como a relação homem x natureza.

Em conformidade com Ruscheinsky (2012, p.55), desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a educação ambiental passou a ser direito de todo cidadão brasileiro. A Constituição dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora o princípio da educação ambiental esteja previsto na Constituição desde 1988, sua regulamentação foi efetuada somente onze anos após (RUSCHEINSKY, 2012, p.55), através da Lei Nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A citada lei é de grande importância no meio educacional, pois esta destaca que todos devem ter acesso à educação ambiental e a referida educação deve estar presente em todos os níveis e modalidades da educação.

De acordo com a PNEA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Por ser um tema atual, de interesse e importância social, o presente trabalho buscou investigar como se dá a abordagem da educação ambiental em uma escola de ensino fundamental. Em conformidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

[...] é importante que as crianças sejam capazes de: Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias; [...]; Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana (BRASIL, 1998, p.175).

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada com professores e alunos do 1º ao 5º ano de uma escola de ensino fundamental, situada no município de Vitória - ES, buscando compreender: (I) qual a política de educação ambiental utilizada pela escola? (II) de que modo o assunto está presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, além de

compreender a relação entre as proposições teóricas e as práticas pedagógicas, em sala de aula, que abordam a temática educação ambiental. Para tanto, a pesquisa aconteceu da seguinte maneira: análise do PPP da instituição; verificação dos métodos utilizados pelos professores; e investigação, a partir de entrevistas com professores e alunos, a fim de compreender suas percepções sobre o tema.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada na cidade de Vitória - ES, entre os meses de março e abril de 2015. Atualmente, a referida escola atende a um número aproximado de 980 alunos, distribuídos em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

De acordo com o PPP do ano 2011, da escola pesquisada, a maioria de seus alunos mora no bairro Tabuazeiro e um número significativo deles, no Morro do Macaco. Percebe-se também que o quantitativo de alunos que vivem com pai e mãe sofreu uma significativa mudança. Em conversas, realizadas com alguns responsáveis pelos alunos, fica evidente que alguns deles estão vivendo somente com o pai, outros com a mãe, e ainda outros com avós.

Observa-se também, na comunidade atual, a presença de muitos trabalhadores diaristas, tanto quando se trata do pai, quanto da mãe, essa realidade nos aponta para o fato de que a renda dessas famílias não tem um valor mínimo assegurado, por estar vinculada ao número de dias que estes conseguem trabalhar. Esse fator reforça a necessidade de se ter na escola material escolar para suprir as necessidades dos alunos quando seus pais ou responsáveis estiverem em dificuldade. Determina ainda, a necessidade do desjejum como fator relevante para dar condições às crianças participando efetivamente das aulas.

Durante a coleta de dados dessa pesquisa, foi utilizada a pesquisa documental, que consiste em examinar materiais como o PPP da instituição, além da pesquisa qualitativa, cuja preocupação primordial é compreender o fenômeno, descrever o objeto de estudo, interpretar seus valores e relações, não dissociando o pensamento da realidade dos atores sociais e onde pesquisador e pesquisados são sujeitos recorrentes, e, por consequência, ativos no desenvolvimento da investigação científica (LIMA, 2001).

Além da pesquisa documental, houve atendimento da pedagoga e foram realizadas entrevistas com quinze alunos e cinco professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. A pesquisa se realizou a partir de entrevistas compostas por quatro questões abertas.

A recepção por parte dos professores ocorreu de forma positiva, porém com o problema do curto espaço de tempo para responder as perguntas. A partir disso, acordou-se com os professores do 4º e 5º ano realizar estas entrevistas no horário de seus planejamentos, pois eles optaram e autorizaram verbalmente a gravação de suas falas. Quanto às professoras do 1º e 3º ano, preferiram responder as perguntas em sala de aula, optando em escrever suas respostas enquanto os alunos realizavam suas atividades. Já a professora do 2º ano preferiu responder as perguntas em casa, alegando não ter tempo durante seu horário de trabalho. Foram entrevistados 15 alunos, sendo três estudantes de cada turma do 1º ao 5º ano, durante o recreio, com o intuito de que não houvesse interrupção no horário de aula. Portanto, as entrevistas foram conduzidas a fim de que se adequassem às necessidades dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO

Sendo o Projeto Político Pedagógico parte integrante e de extrema importância no âmbito educacional, por contemplar questões estruturais e metodológicas, a primeira etapa da pesquisa se deu a partir de uma conversa com a pedagoga responsável pelo ensino fundamental I da instituição, com o objetivo de colher informações sobre a educação ambiental neste documento, que consiste em:

[...] o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação como contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade (VEIGA, 2011, p.14).

Durante entrevista com a pedagoga, constatou-se que o PPP da instituição está em construção e que o documento presente é antigo e desatualizado, o que não deveria acontecer, pois o PPP é de extrema importância na parte organizacional de uma instituição escolar, sendo ele o principal organizador de metas a serem cumpridas e propostas pedagógicas das realidades vivenciadas no decorrer do ano letivo. Desta maneira, torna-se inerente a fala de Veiga (2011, p.39), no que diz respeito à atualização constante no projeto, para que assim contribua diretamente com o desenvolvimento do trabalho pedagógico a ser realizado.

A partir de então, solicitou-se a análise do documento em questão e pôde-se verificar que o PPP é do ano de 2011. É importante reiterar a fala da professora e autora Heloisa Ramos da Revista Nova Escola, quando afirma que o documento expressa não só as exigências legais do sistema educacional como também necessidades, propósitos, expectativas e metas da instituição de ensino. Dessa forma, o PPP deve ser atualizado periodicamente, principalmente no que diz respeito aos dados que revelam a situação social, econômica e cultural da comunidade onde a escola esteja inserida. Outro fator que deve ser considerado é a rotatividade de funcionários que, em sua maioria, não se encontram mais na unidade escolar. Nessa situação, é importante rever as concepções, diretrizes e objetivos que o documento apresenta.

A partir da análise do documento constatou-se que a única menção à educação ambiental foi em forma de projetos. Projetos constituem-se em ações que devem buscar um rumo, uma direção, sendo uma ação intencional, com um sentido explícito e um compromisso definido coletivamente (VEIGA, 2011, p.13).

Baseando-se na conversa com a professora de ciências verificou-se que os projetos vigentes sobre educação ambiental são o da “Horta Educativa”, que em sua proposta contempla: maior integração do corpo docente com atividades interdisciplinares; preparar pulverizadores naturais para o controle de pragas; conscientização da necessidade de conservação dos recursos naturais, permitindo o relacionamento homem-natureza; relacionar o conteúdo visto em sala com aplicações práticas; identificar processos de semeadura, adubação e colheita; compreender a importância de uma alimentação equilibrada e saudável para a saúde. Esse projeto não obteve êxito no ano de 2011, ficou parado devido a um problema de contaminação da terra. Faltou apoio para aquisição de

alguns recursos necessários para revitalização da horta, conforme consta no PPP da instituição. O referido projeto foi retomado no ano de 2015.

A professora de ciências relatou a existência de um projeto em andamento, desenvolvido por estudantes da instituição que visa à reutilização da água do bebedouro e das chuvas para a irrigação da horta e limpeza em geral, pois de acordo com os PCN's do Meio Ambiente, cabe à escola garantir situações em que os alunos possam colocar em prática sua capacidade de atuação desde a definição dos objetivos, dos caminhos a seguir para atingi-los, da opção pelos materiais didáticos a serem usados, dentro das possibilidades da escola (BRASIL, 1998, p.187).

Vale ressaltar que as ações que contemplam o tema em questão existem, porém não consta documentação que regulamente os projetos desenvolvidos pela escola no ano de 2015. Uma instituição torna-se refém de suas ações se não ocorrer um planejamento das atividades e projetos que serão desenvolvidos, portanto torna-se inerente a elaboração do PPP, pois a partir deste documento, nota-se a organização e o respaldo legal das atividades desenvolvidas caso ocorra algo inesperado. Veiga (2011, p.12-13), diz que:

[...] o Projeto Político Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, não sendo algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos envolvidos com os processos educativos da escola.

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Durante a coleta de dados com os professores, que se constituem como parte fundamental ao processo ensino/aprendizagem e responsáveis em incentivar e sensibilizar as crianças quanto aos aspectos ambientais, percebe-se que:

A educação ambiental deve ser inserida na sociedade ao ponto de ser transformada em sinônimo de cidadania, ela deve caracterizar uma nova consciência para todos os cidadãos do planeta. O uso da educação ambiental deve ser aplicado no dia a dia, seja nas escolas, nas ruas, no trabalho, dentro de casa (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013).

Quando indagados sobre a percepção sobre o tema Educação Ambiental no ensino fundamental, houve um consenso entre os professores do 1º ao 4º ano acerca das respostas, pois disseram que é um tema amplo e atual, que trabalha a água, o lixo, o esgoto, o lugar de onde vem seus alunos e os aspectos vivenciados naquele local, como queimadas e desmatamento para construção de moradias. Ressaltaram a importância da abordagem do tema desde a educação infantil.

Conforme consta no RCNEI (1998), um dos objetivos específicos para crianças da educação infantil é “estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana”, reforçando assim a importância de relacionar algumas atividades cotidianas da vida das crianças ao meio ambiente.

Para esses professores, a educação ambiental está relacionada com a natureza, matas e florestas, porém, a docente do 5º ano, graduada em Geografia, com Mestrado em Educação Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trabalha na rede municipal

há 24 anos, ao ser questionada sobre qual a sua percepção sobre o tema educação ambiental, deixou evidente que: “Penso na educação ambiental não a questão de se trabalhar a floresta, por exemplo: hoje vamos trabalhar a floresta amazônica, mas a floresta amazônica está lá no norte do Brasil, afastado do contexto do aluno. Eu trabalho a educação ambiental a partir de onde o aluno vive, onde estuda. O que é o meio ambiente? O ambiente é isso aqui, onde a gente está, onde eu estou, ocupo um espaço, esse ambiente precisa estar limpo, trazer conforto [...]. Educação ambiental envolve o pátio da escola, o recreio, a socialização, como o aluno se movimenta nesse pátio, como ele ocupa o espaço do pátio, na inter-relação com o outro, isso pra mim é educação ambiental”. A fala da professora se confirma de acordo com os PCN’s do Meio Ambiente: “A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida”.

A partir das falas analisadas, percebe-se as distintas concepções acerca do tema por parte dos professores. Conforme Tozoni-Reis (2004, p.72), durante sua pesquisa, alguns professores entendem educação ambiental como aquisição/transmissão de conhecimentos técnico-científicos acerca dos processos ecológicos do ambiente, é “educação para controle do ambiente”.

Em relação à abordagem do tema em sala de aula, o professor do 4º ano, graduado em Educação Física, Pedagogia e Mestre em Educação pela UFES disse: “Não existe um momento específico que trate a educação ambiental, o conhecimento acontece ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem”. Ou seja, os professores abordam em sala de aula o tema Educação Ambiental de forma transversal. Segundo os PCN’s, temas transversais:

São temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes (BRASIL, 1998).

Os PCN’s do Meio Ambiente afirmam ainda que:

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente (BRASIL, 1998).

Os professores relataram que utilizam materiais atuais, como jornais e revistas, e não ficam presos somente aos livros didáticos, apesar de que o mesmo desempenha um importante papel no sistema escolar. De acordo com Bittencourt (2011, apud MATOS, 2012), os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”. A professora do 5º ano afirmou que o livro utilizado na escola é seguido durante três anos, portanto não acompanha a dinâmica das questões sociais, culturais e as próprias questões do meio ambiente. Assim, os professores trabalham com metodologias diversas para despertar a curiosidade dos alunos e tornar as aulas diversificadas, tais como: a reutilização de materiais recicláveis para a aula de música, educação física, artes, participação dos alunos através de pesquisas na internet, mostra de vídeos com discussões que valorizam a opinião dos alunos, fotografias, reportagens, sequências didáticas, aulas no laboratório,

observações cotidianas, entre outras práticas que surgem de acordo com a necessidade do dia a dia da sala de aula, do pátio e das relações interpessoais.

Quando questionados se havia algum trabalho pedagógico que envolvia a comunidade local, responderam que esta participa minimamente das exposições de trabalhos com os mais variados temas, inclusive questões inerentes à preservação do meio ambiente e em eventos da escola, tais como oficinas de sabão e reutilização de cascas dos alimentos. A partir dos relatos dos professores, percebe-se que a participação da comunidade ainda é pequena e que existem poucos movimentos que despertem o interesse da mesma.

É importante que a escola, ao planejar e programar suas ações pedagógicas procure envolver sua comunidade na construção do conhecimento. De acordo com Castro et al. (2010), a importância da participação de cada setor da sociedade, na qual a escola tem o papel de propiciar meios para a formação de cidadãos, assim como o professor, que deve trabalhar objetivando desenvolver nos alunos uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa em consonância com a família, que reproduz e adquire novos conhecimentos e a comunidade, que evidencia os problemas reais e permite a atuação da prática pelos alunos, tendo como base tudo o que foi ensinado dentro de sala aula.

Como argumenta Cody e Siqueira (1997) citado por Bezerra et al. (2010):

É preciso participar da vida escolar dos filhos e da escola. A contínua colaboração entre escola e os pais faz com que se tornem parceiros no processo educacional. A falta de comunicação entre a escola e os pais leva ao comprometimento do sucesso escolar.

A formação acadêmica dos educadores deve ser sistemática e contemplar aspectos que serão utilizados durante sua atuação no ambiente escolar. Os professores, quando indagados a respeito da abordagem do tema em sua formação acadêmica, sinalizaram que, não tiveram uma disciplina específica sobre a educação ambiental e que, quando se abordava algum assunto sobre o tema era feito através de trabalhos de pesquisa.

O professor, assim como qualquer profissional das distintas áreas, necessita de constante formação para atualizar seus conhecimentos e se colocar a parte de novas descobertas acerca do assunto. Sendo assim, os PCN's do Meio Ambiente nos dizem que:

Reconhece-se aqui a necessidade de capacitação permanente do quadro de professores, da melhoria das condições salariais e de trabalho, assim como a elaboração e divulgação de materiais de apoio. Sem essas medidas, a qualidade desejada fica apenas no campo das intenções (BRASIL, 1998).

Ainda de acordo com os PCN's,

Como esse campo temático é relativamente novo no ambiente escolar, os professores podem priorizar sua própria formação/informação à medida que as necessidades se configurem. Pesquisar sozinho ou junto com os alunos, aprofundar seu conhecimento com relação à temática ambiental [...] (BRASIL, 1998).

É importante citar que os professores afirmaram que atualmente, nas formações oferecidas, quando o tema é abordado ocorre apenas de forma superficial, e que não é do conhecimento dos mesmos, abordagens específicas sobre o assunto.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

As entrevistas com os educandos se deram a partir de conversas informais, nas quais eles foram questionados se sabiam do que se tratava educação ambiental, se os professores abordavam o tema em sala de aula e de que maneira isto foi trabalhado durante as aulas.

As crianças, em sua maioria, afirmaram que não sabiam o que era educação ambiental, no entanto, durante a conversa, quando a pergunta foi reformulada e questionou-se a respeito do meio ambiente e/ou sua preservação, as respostas foram unânimes afirmando que os professores falam sobre esgoto, economia de água e poluição.

Percebe-se que os dados encontrados estão em conformidade com Santos; Tagliani; Vieira (2010), pois obtiveram dados semelhantes no que diz respeito à visão do estudante em relação à definição do meio ambiente, tendo em vista que a maioria dos alunos entrevistados tem uma representação naturalista do meio ambiente, visando apenas à natureza e o cuidado com a mesma. Em concordância com as falas dos alunos, percebe-se certo distanciamento conceitual sobre educação ambiental, tendo em vista que não se trata apenas da natureza e que deve englobar o homem e suas relações com o meio. É importante ressaltar aqui, que as crianças realizam associações relacionadas ao tema, exemplo: relacionam o tema Educação Ambiental a um assunto específico e atual, como água ou lixo, pois ainda não possuem formada a capacidade de analisar uma questão como um todo. Segundo Piaget (1996, p.13) citado por Tafner (2004):

Assimilação é a integração a estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação.

Piaget expõe uma possibilidade dessa opinião restrita das crianças, pelo fato de não terem atingido o processo de maturação necessária para compreender teorias mais complexas. Por outro lado, a conceituação dessas crianças de maneira rasa, pode ser fruto da formação superficial dos professores, pois, segundo Tozoni-Reis (2004, p.72), “O tema ambiental é tratado como iniciativa individual, como tema periférico das disciplinas nos cursos de graduação: são iniciativas muito tímidas, não existe preocupação oficial com a problemática ambiental no ensino superior”. Percebe-se assim a importância de um melhor tratamento no que diz respeito à formação de professores nos cursos superiores, pois eles serão responsáveis pela formação de sujeitos ativos inclusive nos aspectos ambientais. Os educadores muitas vezes não entendem temas socioambientais que são abordados por eles nos trabalhos das escolas, como sendo práticas em educação ambiental.

Em se tratando da abordagem do tema em sala de aula, todos os alunos entrevistados afirmaram que os professores trabalham com o tema durante as aulas, utilizando livros, questionários e também a partir de conversas e textos, além da explanação do assunto no laboratório de ciências, práticas essas de grande valia no que diz respeito à abordagem da educação ambiental.

CONCLUSÃO

Diante da investigação realizada e das informações obtidas, conclui-se que a educação ambiental na escola pesquisada é abordada em sala de aula como tema transversal e por

meio de projetos, fato este que não determina a eficácia total durante sua abordagem, pois, nota-se que os alunos ainda possuem um olhar restrito sobre o tema, apresentando uma visão naturalista sobre meio ambiente, considerando apenas a natureza e sua preservação, não incluindo o homem e os ambientes construídos ou modificados por ele como partícipes do meio ambiente. Diante disso, nota-se a necessidade de uma formação docente mais aprofundada, pelo fato de que, por vezes, os próprios professores tratam o meio ambiente apenas a partir de uma visão restrita à natureza.

No que diz respeito ao PPP da instituição, encontra-se em construção, não sendo possível verificar a presença do tema em questão no documento, o que se torna um problema, pois é este documento que norteia todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido durante o ano letivo. Mesmo não havendo orientação a partir do PPP, os docentes desenvolvem os trabalhos vinculados ao tema. Não estando o PPP atualizado, as ações, que devem ser sistematizadas e intencionais tornam-se facultativas à instituição. Torna-se cabível neste caso, uma ação conjunta entre toda comunidade escolar para atualização deste documento a fim de direcionar o trabalho a ser desenvolvido na escola.

A partir dos dados discutidos e analisados nesse trabalho, pode-se constatar que é evidente a necessidade da abordagem do tema no âmbito educacional, com o intuito de despertar olhares diferenciados acerca do meio em que vivemos e suas implicações nas relações interpessoais, além da necessidade de capacitação específica nesta área, para que o trabalho pedagógico seja efetivado de forma significativa a fim de orientar e organizar as práticas a serem realizadas a partir do respaldo legal no PPP.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Z.L. et al. **Comunidade e escola**: reflexões sobre uma integração necessária. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais. Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental n.º 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: Secretaria de educação fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CASTRO, Luana. et al. **Educação ambiental: por quê? pra quê? pra quem?** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental:_Por_qu%C3%AA%3F_Pra_qu%C3%AA%3F_Pra_quem%3F>. Acesso em: 04 jun. 2015.

LIMA, Paulo Gomes. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000222774>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MATOS, Julia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do plano nacional do livro didático – pnd**. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/3268/1945>>. Acesso em: 01 maio 2015.

1. PORTAL DA EDUCAÇÃO. **A importância da educação ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/50165>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PEDRINI, A.G. et al. **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 6.ed. Petropolis, RJ: Vozes – coleção educação ambiental, 2008.

2. RAMOS, Heloisa. **Planejar o ano sem levar em conta o PPP**. In: Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 259.ed, jan. fev. 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/planejar-ano-levar-conta-ppp-736861.shtml>>. Acesso em: 01 maio 2015.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, Aline Mendes Bernardes; TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Educação ambiental em garopaba: a visão dos professores e alunos do ensino fundamental local**. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/3894/2324>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

TAFNER, Malcon. **A construção do conhecimento segundo piaget**. 2004. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n08/mente/construtivismo/construtivismo.htm>>. Acesso em: 01 maio 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO: SUGESTÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE INOVADOR NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SERRA/ES

Priscila Alves de Freitas¹, Lorena Manenti²

1. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo.
2. Especialista em Gestão de Pessoas com Ênfase em Psicologia Organizacional pela Unesc.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise a respeito da inovação na Vigilância Sanitária no município de Serra/ES, contribuindo para a criação de um ambiente propício à inovação nesse setor. A pesquisa desenvolvida foi de natureza básica, qualitativa e explicativa. Em uma primeira fase se buscou realizar uma pesquisa bibliográfica enfocando o conceito e os tipos de inovação, a inovação no serviço público, a importância da inovação e os obstáculos à inovação. Em uma segunda fase se buscou descrever detalhadamente a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento do trabalho. E em uma terceira e última fase buscou-se realizar um estudo de campo visando estudar como ocorre o processo de inovação na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES. Atualmente, as inovações surgidas na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES são inovações incrementais, proporcionando pequenas melhorias no processo de trabalho e, muitas vezes, passam despercebidas pelos servidores. Hoje esse setor não conta com um ambiente propício ao surgimento de inovações e, para que isso ocorra, é necessário adotar algumas medidas, tais como: melhorar o diálogo do setor, passando a existir reuniões periódicas com todos os servidores; discutir em reuniões, e/ou grupos de estudos, problemas e possíveis soluções; estudar ideias para oferecer um melhor serviço, juntamente com o público atendido pelo setor; implantar as ideias discutidas em reuniões; organizar festas e eventos que aproximem os servidores e incentivar a capacitação dos servidores.

Palavras-chave: Inovação. Vigilância sanitária. Setor público.

ABSTRACT

This paper presents an analysis regarding innovation in Health Surveillance Agency in Serra/ES, contributing to the creation of an environment conducive to innovation in this sector. The survey was developed basic in nature, qualitative, and explanatory. In a first phase it was sought to conduct a literature search focusing on the concept and types of innovation, innovation in the public service, the importance of innovation and obstacles to innovation. In a second phase it was sought to describe in detail the methodology that was used for development work. And in a third and final phase it was sought to conduct a field study aimed at studying how the process of innovation in Health Surveillance in the municipality of Serra/ES occurs. Nowadays the innovations arising from the Health Surveillance Agency of the municipality of Serra/ES are incremental innovations, providing small improvements in the work process and often go unnoticed by servers. Today this sector lacks a conducive environment to the emergence of innovations and, for this to occur, it is necessary to adopt some measures, such as improving the dialogue in the sector, going to exist periodic meetings with all servers; discuss in meetings, and / or study groups, problems and possible solutions; studying ideas to provide better service, along with the public served by the sector; implement the ideas discussed at meetings; organizing parties and events that keep servers together and encourage skilled workers.

Keywords: Innovation. Health surveillance agency. Public sector.

1. INTRODUÇÃO

A demanda social por serviços públicos vem crescendo diariamente devido ao aumento populacional. No entanto, os recursos destinados a essa área são escassos. De tal modo torna-se necessário inovar a fim de garantir melhoria na qualidade dos serviços prestados.

A falta de inovação gerada pelo setor público se comparado ao setor privado, faz com que antigos modelos de processos, produtos, serviços e gerenciais, continuem sendo utilizados,

mesmo frente às constantes transformações sofridas diariamente pelo mundo contemporâneo, podendo gerar a prestação de serviços com baixa eficiência, eficácia e efetividade.

Diante dessa problemática, torna-se importante pensar em como criar ambientes inovadores. Assim, surgiu a seguinte questão: como contribuir para a criação de um ambiente inovador na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES? Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a inovação na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES, visando contribuir para a criação de um ambiente inovador.

A fim de alcançar esse objetivo, pretendeu-se mostrar a importância da inovação em todos os setores, especialmente no que tange ao setor público; analisar o surgimento de inovações na Vigilância Sanitária de Serra; relacionar os principais empecilhos ao processo de inovação na Vigilância Sanitária do Município de Serra; e sugerir alternativas que contribuam para um ambiente propício à inovação.

Investir em inovação é importante para o surgimento de novos produtos, serviços, processos e/ou modelos gerenciais que contribuam para uma melhor qualidade de vida da população. Muitas empresas do setor privado investem em inovação para garantir sua existência no mercado e para obter maiores lucros. No setor público a inovação é essencial para promover um maior grau de eficiência e eficácia aos serviços prestados.

No entanto, criar um ambiente inovador no serviço público é um desafio, pois apesar da existência de várias pesquisas nessa área, a implantação e implementação de um ambiente inovador é difícil, devido ao desconhecimento da importância da inovação por muitos gestores públicos. De tal modo, estudar o tema inovação no setor público é importante a fim de difundir conhecimento sobre essa área de estudo, bem como mostrar alternativas para construção de um ambiente inovador.

A pesquisa realizada foi de natureza básica, qualitativa e explicativa. Também foi realizado uma pesquisa bibliográfica e um estudo de campo com os servidores da Vigilância Sanitária do município de Serra. Os servidores responderam questionário de pesquisa, e passaram por uma entrevista desestruturada sobre inovação no setor que atuam.

Para uma melhor compreensão e apresentação do assunto, a seção foi dividida em três partes: fundamentação teórica; metodologia de pesquisa; e análise e interpretação dos dados coletados. No decorrer do desenvolvimento do trabalho, cada seção é estudada, buscando alcançar o objetivo do trabalho de apontar sugestões para construção de um ambiente inovador na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para uma melhor compreensão e apresentação do assunto, foi estudado os seguintes assuntos: inovação: conceitos e tipos; inovação no serviço público; importância da inovação; e obstáculos a inovação. Após a leitura desta seção será possível compreender com clareza

aspectos importantes sobre o processo de inovação, facilitando a compreensão do estudo de campo realizado.

2.1.1 INOVAÇÃO: CONCEITOS E TIPOS

De acordo com Almeida (1995) a teoria de Schumpeter configura-se como marco fundamental da discussão sobre a natureza e as características da inovação, pois ele inicia o estudo sobre a importância das inovações e dos avanços tecnológicos para o desenvolvimento da economia.

Para Schumpeter (1985) o desenvolvimento da economia de um país é definido pela realização de novas combinações, podendo ser a introdução de um novo bem, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou bens ou semifaturados, ou estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

É importante diferenciar o fenômeno da inovação, da invenção e da difusão. De acordo com Schumpeter (1985), a invenção está relacionada com a geração de novas ideias e são o progresso do conhecimento científico na sua aplicação em fase pré-comercial. Quando a invenção ganha sentido comercial, ela se torna uma inovação. E a difusão seria a propagação da inovação.

A Pesquisa Industrial Sobre Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada pelo IBGE, afirma que inovação é a introdução de um produto ou serviço novo, ou aprimorado no mercado, ou introdução de um processo produtivo novo ou aprimorado na empresa (IBGE, 2011).

De acordo com IBGE (2011) se o processo produtivo já existe no mercado, e uma empresa passa a adotar esse processo, é uma inovação. Diferente do conceito de Schumpeter, que considera inovação algo novo no mercado. Nesse trabalho será utilizado o conceito de inovação definido pelo IBGE por se tratar de uma definição atualizada acerca do assunto.

O surgimento de inovações não obedece a um modelo único e pré-estabelecido, pois elas podem aparecer de formas diversas. Freeman e Perez (1988) elaboram uma taxonomia da inovação e mostram como elas afetam a estrutura econômica em níveis diferentes. Os autores classificam o processo de inovação de quatro formas diferentes, a saber: inovação incremental; inovação radical; novo sistema tecnológico e novo paradigma tecnológico.

Para Tigre (2006), a inovação incremental caracteriza-se por melhoramentos e modificações cotidianas no produto, processo ou organização da produção. São pequenas alterações que melhoram o trabalho diário de forma corriqueira e natural.

De acordo com Villaschi, (1996, p.87.) “Caracterizam-se sobre tudo pelos processos de aprender – fazendo e de aprender – usando e resultam, geralmente, de inovações e aperfeiçoamentos sugeridos por aqueles que participam do processo de produção”, de tal modo, esse tipo de inovação surge dos funcionários que conhecem a rotina de trabalho e buscam melhorá-la de alguma forma.

O surgimento de inovação incremental é muito importante no setor público, pois é capaz de permitir significativa melhora do processo produtivo, não necessitando de recursos financeiros expressivos. Segundo Cassiolato et. al. (1996), as inovações incrementais são consequências de um processo de busca contínua de melhoria, que surge como resposta a problemas técnicos e gargalos pontuais de procedimento.

Tigre (2006) afirma que a inovação radical é menos frequente e requer inovações incrementais complementares de caráter adaptativo, com o intuito de modificar, produtos, processos, organizações. Normalmente a inovação radical é decorrente de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e são capazes de alterar o padrão produtivo, acabando com produtos e serviços existentes.

O tipo de inovação conhecido como novo sistema tecnológico ocorre quando as mudanças afetam mais de um setor econômico, e proporcionam o surgimento de novas indústrias. Já a inovação conhecida como novo paradigma tecnológico, se caracteriza por inovações que modificam toda a economia, rompendo com paradigmas anteriormente vigentes (Freeman; Perez, 1988).

2.1.2 INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Segundo Pereira e Spink (1998), inovar no setor público significa buscar eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, contribuindo para uma nova cultura de gestão e rompimento com modelos tradicionais de administrar recursos públicos. Nesse sentido, Drucker (2005) afirma que a inovação no serviço público é importante, pois neste século o setor de serviços públicos cresceu mais rapidamente que o setor privado, principalmente nos países desenvolvidos, evidenciando a necessidade de das instituições públicas colocarem a inovação dentro do seu próprio sistema.

De acordo com Albury (2005 apud Klumb, 2013), a maior parte das inovações é do tipo incremental, ou seja, pequenas alterações ou adaptações dos serviços ou dos processos, provocados pelos servidores públicos que se relacionam diretamente com a atividade em questão. De acordo com o autor, raramente ocorre uma inovação radical ou sistêmica no serviço público.

Para Drucker (2005) as instituições de serviços públicos precisarão aprender a ser inovadoras, caso contrário, “se tornarão cada vez mais incapazes de desempenhar sua missão à medida que se mantêm fiéis a programas e projetos que não podem funcionar em um meio ambiente em mudança.” (DRUCKER, 2005).

No entanto, para OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005) apesar da inovação ser de suma importância para o setor público, pouco se conhece a respeito de inovação em setores em que não se encaixam a lógica de mercado, baseada no lucro. De tal modo, há um vasto campo para o desenvolvimento de trabalhos nesta área.

2.1.3 IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO

Segundo Tomaél, Alcará, e Chiara (2005), as inovações são importantes por permitir que a sociedade gere novos conhecimentos, realizações, possibilitando modificar a qualidade de vida para melhor. Nesse sentido, Lastres e Albabli (1999), afirmam que a inovação é importante, pois capacita os países a acompanharem as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, gerando uma maior participação de países inovadores no cenário econômico mundial, e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento. Mañas (2001) afirma que a necessidade de ser competitivo, de manter-se no mercado, é a noção fundamental da busca pela inovação. Para o autor a inovação é o que mantém a organização viva, competitiva, ganhando a liderança, e estabelecendo novas direções.

2.1.4 OBSTÁCULOS A INOVAÇÃO

Para que o processo inovador ocorra no setor público, esse possui o desafio de transformar estruturas burocráticas e hierarquizadas, em organizações flexíveis e empreendedoras, facilitando o surgimento de inovações tecnológicas nesses setores (GUIMARÃES, 2000).

Segundo Rua (1999) a cultura da administração pública no Brasil mostra um modelo burocrático e patrimonialista. De acordo com Vieira (2008) as práticas patrimonialistas de governar e administrar o Estado, ainda são práticas comuns na administração pública, tanto no nível municipal, estadual e no federal.

Cardoso e Cunha (1994) afirmam que em organizações burocráticas, são empenhados esforços na construção de normas, regras, e rotinas de funcionamento, de tal modo à interação e negociação são deixadas em segundo plano. De acordo com os autores, nesse tipo de organização “investe-se pouco nos mecanismos de cooperação e em atividades integradoras, prevalecendo à separação, e mesmo, o isolamento dos grupos dentro dos departamentos, divisões, setores, e seções” (CARDOSO E CUNHA, 1994).

Drucker (2005) afirma que a mudança sempre proporciona oportunidade para o surgimento de inovações. De acordo com os autores a inovação consiste em uma busca por mudanças e na análise que tais mudanças podem trazer para a sociedade. Micheli et al. (2012) afirma que a resistência à mudança é uma das principais barreiras a inovação no serviço público. Além da resistência à mudança, o autor também elenca a aversão ao risco e a forma que são estabelecidas as estruturas organizacionais como fatores que dificultam a inovação.

Nesse sentido, Carbone (2000) afirma que os principais fatores que dificultam a mudança e o não rompimento com padrões estabelecidos no serviço público, são:

- ✓ Burocratismo – excessivo controle de procedimentos, gerando uma organização engessada que não foca nas necessidades dos contribuintes e do país;
- ✓ Autoritarismo/ Centralização – excessiva centralização do processo decisório;
- ✓ Aversão aos empreendedores – recusa de implantação de qualquer ideia que rompa com os padrões estabelecidos;
- ✓ Paternalismo – distribuição de cargos e comissões dentro da lógica de interesses políticos dominantes;
- ✓ Levar vantagem – apadrinhamento e intermediação de favores e serviços;
- ✓ Reformismo – desconsideração dos avanços conquistados, com descontinuidade administrativa;

Carbone (2000) discute que há três fatores que alavancam a mudança com padrões estabelecidos, a saber: 1) flexibilidade, mobilidade, e mutabilidade; 2) boa convivência intercultural; 3) alegria, simpatia, e festividade.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio do método científico fenomenológico. De acordo com Gil (1999), esse método procura descrever a realidade da forma que ela ocorre. De tal modo, foi buscado o entendimento de como ocorre a inovação no setor público, em especial no setor de Vigilância Sanitária do município de Serra. A pesquisa realizada teve natureza básica, e

produziu conhecimento acerca do tema inovação no serviço público, que poderá ser utilizado no desenvolvimento de pesquisas aplicadas.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa foi explicativa, buscando expor as características que causam o fenômeno da inovação, aprofundando esse conhecimento no estudo de campo.

Quanto aos procedimentos técnicos para realização da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Fachin (2006) entende que a pesquisa bibliográfica é um conjunto de conhecimento reunido em obras de diversas naturezas, sendo fonte inesgotável de informações, ajudando na atividade intelectual e contribuindo para o conhecimento cultural.

Na fase da pesquisa bibliográfica foi realizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico em livros didáticos, livros de informações científicas como artigos, dissertações, e livros de referência (dicionários e enciclopédias). Em uma segunda fase foi realizado levantamento em documentos eletrônicos, como artigos e trabalhos publicados na internet.

A pesquisa realizada teve abordagem qualitativa. Não houve utilização de técnicas estatísticas no desenvolvimento do trabalho. De acordo com Fachin (2006), a variável qualitativa relaciona aspectos não somente mensuráveis como também, aspectos definidos descritivamente, enquanto a variável quantitativa é determinada em relação aos dados ou à proporção numérica.

O estudo de campo foi realizado tendo como base os documentos institucionais do setor de Vigilância Sanitária do município de Serra/ES, como Ofícios, Boletins de Circulação Interna. De acordo com Pádua (1997) a pesquisa documental é aquela realizada tendo como base documentos contemporâneos, ou retrospectivos, capazes de descrever/comparar fatos sociais estabelecendo suas características ou tendências.

Também foram realizadas entrevistas com os servidores, supervisores, e gerente do setor. Inicialmente os profissionais preencheram um questionário de perguntas, e após esse momento passaram por uma entrevista desestruturada a respeito do tema inovação. De acordo com Lakatos e Marconi (2012), a entrevista é uma conversa face a face, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta subseção estuda como vem ocorrendo o surgimento de inovações na Vigilância Sanitária do município de Serra nos últimos cinco anos. Inicialmente são abordados o conceito e a função da Vigilância Sanitária municipal. Após essa discussão é analisado, a luz da Fundamentação Teórica, como o processo de inovação vem ocorrendo neste setor, bem como os principais empecilhos observados.

De acordo com a Lei 8080/1990 a Vigilância Sanitária é definida como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir, ou prevenir a saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, e circulação de bens e prestação de serviços de interesse da saúde” (BRASIL, 1990).

A Vigilância Sanitária atua nos níveis municipal, estadual, e federal. Compete a Vigilância Sanitária Federal a fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras. A competência da

Vigilância Sanitária Municipal e Estadual é definida por meio de pactuações, variando de acordo com o município e estado.

O Município de Serra ES tem pactuado a fiscalização de diversos serviços, tais como: consultórios odontológicos e médicos, cozinhas industriais, restaurantes, padarias, supermercados, bares, hotéis, motéis, creches, escolas, farmácias, drogarias, transportadoras de alimentos, cosméticos, saneantes e medicamentos, comércio varejista de cosméticos, entre outros. É obrigatório que todos esses estabelecimentos entrem com pedido de Alvará Sanitário. O Alvará Sanitário é um documento que atesta que o local possui condições sanitárias satisfatórias, e está com a documentação em dia junto a Vigilância Sanitária.

O processo de trabalho na Vigilância Sanitária tem início de duas formas: 1) o contribuinte pede Alvará Sanitário junto ao setor, e o processo inicia sua tramitação; 2) É realizada uma denúncia referente ao estabelecimento, ou é observado pela fiscalização que o estabelecimento não possui processo de licenciamento. Nesse último caso, os fiscais iniciam o procedimento para que seja aberto o processo de Alvará Sanitário junto ao setor. Atualmente o quadro de funcionários do setor de Vigilância Sanitária de Serra é composto por 41 servidores, distribuído nas seguintes funções:

- ✓ Um Gerente de Vigilância Sanitária;
- ✓ Cinco Supervisores;
- ✓ Oito Referências Técnicas (profissionais de nível superior);
- ✓ Vinte Fiscais Municipais;
- ✓ Dois profissionais de nível técnico;
- ✓ Cinco Auxiliares Administrativos;

O Comitê Gestor é composto pelo gerente de Vigilância Sanitária e pelos cinco Supervisores. É função do Comitê Gestor elaborar o modelo e a política de gestão do setor. Os demais cargos citados desempenham atividades operacionais do processo de trabalho.

Os entrevistados responderam inicialmente a um questionário de perguntas e, após o preenchimento do questionário, foi realizada uma entrevista informal sobre os pontos abordados no questionário de pesquisa.

Foram entrevistados 54,21% dos funcionários, sendo 50% do Comitê Gestor (três servidores dos seis que o compõem) e 51,42% dos funcionários com funções operacionais (dezoito dos trinta e cinco servidores operacionais).

A Figura 1 mostra a proporção de servidores entrevistados, levando em consideração a proporção de gestores e a proporção de funcionários operacionais.

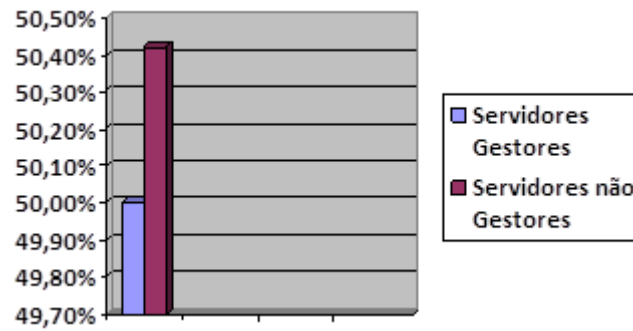


FIGURA 1: Servidores entrevistados.

Os servidores entrevistados possuem de 1 ano a 25 anos de trabalho, conforme mostrado na Figura 2.



FIGURA 2: Tempo de trabalho.

A maior parte dos entrevistados possuem mais de 6 anos de experiência no setor, sendo que 33,33% dos entrevistados possuem de um a cinco anos de trabalho no setor; 47,63% dos entrevistados possuem de 6 a 10 anos; 9,56% possuem de 11 a 15 anos; 4,76% possuem de 16 a 20 anos; e 4,76% possuem de 21 a 25 anos de atuação no setor. Todos os entrevistados entendem que inovação está relacionada com implantar algo novo e com a melhoria no desempenho das tarefas, otimizando a execução. No entanto, foi observado em 23,80% dos entrevistados, confusão entre os conceitos de invenção, inovação e difusão.

Alguns entrevistados entendem que uma ideia nova é uma inovação. No entanto, uma ideia nova é uma invenção, e a invenção torna-se uma inovação apenas quando essa ideia é difundida e adotada por outras pessoas, e/ou setores. De acordo com o IBGE (2011) a inovação consiste na introdução de um novo produto, serviço, ou processo produtivo.

A Figura 3 mostra o quantitativo de entrevistados que entendem a inovação conforme o conceito adotado pelo IBGE e o quantitativo de pessoas que confundem os conceitos de invenção, inovação e difusão.

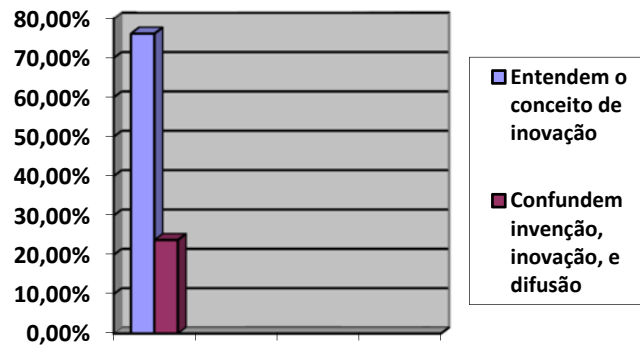


FIGURA3: Conceito de Inovação.

Em relação ao surgimento de inovações no setor, 19,05% afirmam não terem observado, já 80,95% observaram o surgimento de inovações, conforme representado Figura 4.

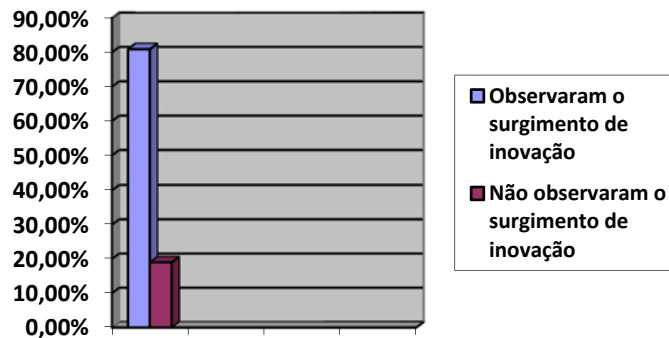


FIGURA 4: Surgimento de inovação no setor.

É interessante afirmar que os entrevistados entendem o conceito de inovação, apesar de 23,80% confundirem o conceito de invenção, inovação, e difusão. No entanto, mesmo entendendo o conceito de forma geral, 19,05% dos entrevistados não conseguiram observar o surgimento de inovação no setor.

Entre as inovações observadas pelos entrevistados, foram citadas:

- ✓ A implantação do formulário mensal de intercorrência de frequência;
- ✓ Introdução de uma maior quantidade de veículos e os próprios funcionários do setor conduzirem os veículos;
- ✓ Introdução de computadores em todos os setores;
- ✓ Implantação de um sistema informatizado, garantindo maior organização do processo de trabalho;
- ✓ Divisão do setor por áreas específicas de atuação;
- ✓ Melhorias no processo de trabalho e organização;

As inovações citadas pelos entrevistados foram inovações incrementais, ou seja, aquelas que ocorreram de forma corriqueira no processo de trabalho. De tal modo, alguns servidores, apesar de utilizarem diariamente a inovação, não conseguiram se atentar para o

que significa uma inovação, pelo procedimento adotado não ter ocasionado grande ruptura com o padrão anteriormente estabelecido, e/ou por já ter inserido a mudança como algo cotidiano no processo de trabalho.

É importante ressaltar que em análise aos documentos institucionais como ofícios e boletins de circulação interna, não foi possível verificar o registro do surgimento das inovações. Os processos inovativos ocorreram de forma corriqueira, e não foram registrados. No setor não há registro de Procedimentos Operacionais Padrão a serem executados e as reuniões de funcionários não possuem ATA. De tal modo, quando há o surgimento de uma inovação, o procedimento é repassado em reunião, ou um servidor aprende com o outro, não possuindo registro da história da Vigilância Sanitária.

Todos os entrevistados concordaram que o surgimento da inovação observada foi positivo e trouxe maior eficiência e eficácia às atividades desempenhadas.

No que tange a criar algo inovador no ambiente de trabalho, 61,90% afirmam não terem inovado no seu ambiente de trabalho, e 38,10% afirmam terem criado práticas inovadoras no ambiente de trabalho, conforme apresentado na Figura 5.

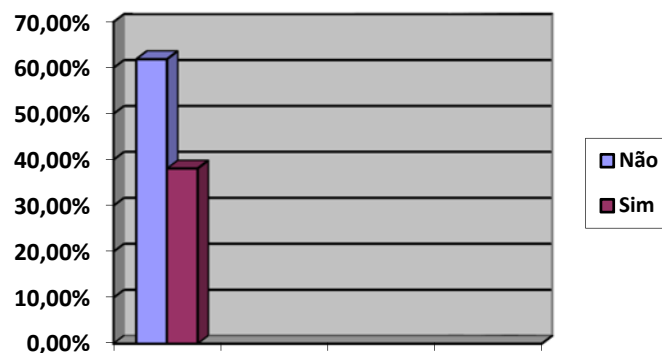


FIGURA 5: Servidores que desenvolveram inovação no setor.

Nas entrevistas realizadas, foi observado que muitos entrevistados já criaram práticas inovadoras no seu setor de atuação. No entanto, por se tratar de inovações incrementais, muitas vezes não é percebido que tal prática se refere a uma inovação, o que levou a alguns entrevistados responderem, no questionário, que nunca criaram algo inovador no setor de trabalho. Todos os entrevistados afirmaram ser muito importante o surgimento de inovações, como forma de aumentar a eficiência e eficácia do setor.

Dentre as ideias apresentadas pelos entrevistados para gerar um ambiente inovador, rompendo com os obstáculos para a inovação no setor de trabalho, estão: implementar as ideias discutidas em reunião; incentivo à capacitação dos funcionários; incentivos à criação de inovação; necessidade de diálogo entre o Comitê Gestor e as equipes de trabalho; melhor distribuição das atividades sem sobrecarregar alguns servidores; e compra de equipamentos.

5. CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho de analisar a inovação na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES, visando contribuir para a criação de um ambiente inovador foi alcançado integralmente. No decorrer do trabalho foi abordada a importância da inovação, especialmente para o setor público, e analisado o processo de inovação na Vigilância Sanitária do município de Serra/ES. As inovações surgidas na Vigilância Sanitária no município de Serra/ES são inovações incrementais que proporcionam pequenas melhorias no processo de trabalho e contribuem para eficiência e/ou eficácia do serviço.

Hoje o funcionamento do setor não é um ambiente propício para o surgimento de inovações, em especial, pelos seguintes motivos: há separação de grupos por áreas de trabalho, existindo isolamento de determinados grupos; há poucas reuniões e raramente é discutida em grupo a necessidade de melhorar processos de trabalhos, e ideias de como fazê-lo; quando ocorrem tentativas de mudanças, essas muitas vezes são decisões do Comitê Gestor, sem participação dos demais servidores, criando uma resistência à mudança muito grande por parte dos servidores, levando ao fracasso da tentativa.

Para criar um ambiente que contribua para o surgimento de inovações no setor estudado acredita-se ser necessário:

- ✓ Melhorar o diálogo do setor, passando a existir reuniões periódicas com todos os servidores;
- ✓ Discutir em reuniões, e/ou grupos de estudos, problemas e possíveis soluções (essas discussões não devem ser realizadas apenas pelo Comitê Gestor);
- ✓ Estudar ideias para oferecer um melhor serviço, juntamente com o público atendido pelo setor;
- ✓ Implantar as ideias discutidas em reuniões;
- ✓ Organizar festas e eventos que aproximem os servidores, pois para Carbone (2000), alegria, boa convivência, e festividade, diminuem a resistência à mudança;
- ✓ Incentivar a capacitação dos servidores;

O surgimento de inovações é importante para oferecer um serviço com maior eficiência e eficácia. De tal modo, criar um ambiente inovador é fundamental para proporcionar melhoria contínua dos serviços oferecidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo Simões. **Considerações teóricas sobre o sistema schumpeteriano.** *Economia & Empresa*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-12, abr./jun. 1995.

BRASIL. **Lei do Sistema Único de Saúde, nº 8080**, de 19 de setembro de 1990.

CARBONE, Pedro Paulo. **Cultura organizacional do setor público brasileiro:** desenvolvimento de uma metodologia de gerenciamento da cultura. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 2, 2000.

CARDOSO, Carmem; CUNHA, Francisco Carneiro. **Tecnologia de Atendimento: cultura de prestação de serviço**. Recife: Tecnologia Gerencial & Informática. 1994.

CASSIOLATO, José Eduardo, GADELHA, Carlos Augusto Grabois., ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta., BRITTO, José Valney. **A relação universidade e instituições de pesquisa com o setor industrial: uma análise de seus condicionantes**. IE/UFRJ. 1996.

DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

FREEMAN, Christopher.; PEREZ, Cariota. **Structural crises of adjustment, business cycles and investment behaviour**. In: DOSI, Giovanni (Org.). *Technical change and economic theory*. London: Merit, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 3, maio/jun. 2000.
IBGE. **Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica - PINTEC**. Rio de Janeiro/RJ, 2011.

KLUMB, Rosangela. **Inovação no Setor Público: Proposições para intensificação da capacidade de inovação do tribunal regional eleitoral de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade do Estado de Santa Catarina. 2013.

LAKATOS, Eva Maria, MARNONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª edição. São Paulo: Atlas 2012.

LASTRES, Helena, ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAÑAS, Victor. **Gestão de Tecnologia e Inovação**. São Paulo. Editora Érica. 2001.

MICHELI, Pietro et al. **New Business Models for Public-Sector Innovation**. Research Technology Management. Vol 55. 2012.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ª. Ed. Brasília. FINEP, 2005

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **O processo de pesquisa**. In: _____. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 29 – 89. (Coleção Práxis).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

RUA, Maria das Graças. **“Administração Pública Gerencial e Ambiente de Inovação: o que há de novo na Administração Pública Federal Brasileira”**, in PETRUCCI, Vera; Schwarz, Letícia (orgs), *Administração Pública Gerencial: a Reforma de 1995*. Brasília. Editora da UnB; ENAP. 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Silva Possas. Segunda edição. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VIEIRA, Esther. **Administração Pública Democrática no Estado de Direito**: o novo serviço público no cenário brasileiro. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba. V.4 n.4.2008.

VILLASCHI, Arlindo Filho. **Paradigmas e Desenvolvimento**: oportunidades e desafios para a economia brasileira. Gráfica Ita.1996.

TOMAÉL, Maria; ALCARÁ, Adriana; CHIARA, Ivone. **Das redes sociais à inovação**. Ciências Inf. 2005;34(2): 93-104. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28559.pdf>/ >. Acesso em: 30 de jul. 2014.

INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICO, AUDITIVO E VISUAL NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO REGULAR: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA.

José Pedro da Rocha Junior¹

1. Especialista em Didática do Ensino Superior - MULTIVIX – São Mateus.

RESUMO

Constitui-se um estudo de abordagem qualitativa, por procurar encontrar respostas para o problema levantado acerca da necessidade da inclusão eletiva no espaço da escola regular, uma vez que, cada vez mais se faz comum a presença de indivíduos com alguma deficiência em escolas da rede pública de ensino. Mostra-se também de igual importância a análise de como vem ocorrendo este processo de inclusão na escola, e como se dá o processo de ensino e de aprendizagem. Para tal, foram traçados objetivos que respondessem tais questões. Inicialmente buscou-se conhecer os aspectos históricos da deficiência física, visual e auditiva, assim como a capacidade cognitiva e as possibilidades de aprendizagem de um indivíduo com deficiência, além de buscar apontar a importância da inclusão, através de fontes bibliográficas. Por fim, foi possível concluir que, ao desenvolver um trabalho adaptado as necessidades do indivíduo, é propício a ele desenvolver-se em todas as suas esferas.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Escola regular. Ensino. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A palavra inclusão nos remete aos verbos juntar, inserir, introduzir dentre outros que acabam construindo a falsa ideia que inclusão é apenas englobar alguém ao todo, misturá-lo ou algo desse tipo, no entanto, o real sentido de inclusão, principalmente, no espaço escolar é dar suporte físico e pedagógico para que o indivíduo que apresente alguma deficiência consiga não apenas ter o direito de frequentar o ambiente da escola regular, mas também, que esse possa desenvolver-se cognitivamente, socialmente e culturalmente. Para essa realização é necessário que haja um trabalho em equipe, para que todo o corpo escolar adapte sua ação profissional.

Inegavelmente, pode-se perceber que as escolas ditas regulares ultimamente vêm efetuando a matrícula de alunos com diversos tipos de deficiência, que até pouco tempo eram sujeitados a escolas especiais, APAES, e outros centros de educação especial. No entanto, muitos desses alunos que são inseridos no ensino regular, acabam não recebendo atenção devida nem ao menos uma adaptação curricular que os permita desfrutar de um processo de ensino-aprendizagem eficaz, ficando assim, subjugados a “viegas” e “guetos” da sala de aula.

O que por um lado pode ser considerada uma conquista, por outro é um impasse de sérias consequências, pois o simples fato de incluir um deficiente no espaço escolar regular, não caracteriza que este receberá um ensino adaptado as suas necessidades, por diversos motivos, sejam eles despreparo e formação dos professores, metodologias e recursos específicos, acompanhamento por bi docentes, aceitação e preconceitos que ainda hoje permeiam a mentalidade humana.

Em virtude do tema escolhido, esse artigo delimita-se a investigar a importância da inclusão em seu sentido mais amplo, para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com

alguma deficiência física, no espaço da escola regular, mais especificamente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, assim como também apontar como está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas da rede pública de ensino do país. Utilizando-se para isso, dados coletados por pesquisadores da área e referências bibliográficas de estudiosos da educação e da medicina.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: Qual a importância da inclusão para a formação do deficiente físico, como está ocorrendo o processo de inclusão deste na escola regular, e se, estes possuem as mesmas capacidades de aprendizagem que um indivíduo não deficiente?

Assim sendo, surge como objetivo analisar o processo de inclusão escolar, ocorrido nas escolas regulares da rede pública do Brasil, assim como também, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos deficientes físicos quando expostos a um processo de ensino inclusivo, a partir de análise bibliográfica.

Diante dessas alíneas supõe-se que os alunos que apresentam deficiências físicas possuem as mesmas capacidades de se desenvolverem em seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais, que um aluno não deficiente. No entanto, nota-se que a inclusão desse público na escola regular acontece na maioria das vezes apenas de forma essencial, não permitindo a estes desenvolverem de fato suas capacidades por diversos motivos. Assim sendo, é necessário que o ambiente escolar possa não só abrir espaço para a inclusão essencial destes indivíduos, mas também os inclua de forma efetiva propiciando meios de adaptação física e pedagógica, que venha culminar em um processo de ensino e aprendizagem igualitário para todos.

A escolha pela pesquisa de natureza qualitativa se justifica pelo propósito de querer analisar as possíveis contribuições da inclusão para o processo de aprendizagem dos deficientes físicos, assim como a maneira que está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas regulares. E também revelar áreas de consenso seja elas positivas ou negativas em relação aos padrões de resposta, devido à utilização do meio natural como coleta de dados comprobatórios. Sendo assim, caracteriza-se como qualitativa toda pesquisa que se baseia em dados de um determinado ambiente natural coletada por um pesquisador.

Desse modo quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como bibliográfica, buscando oferecer uma estrutura que proporcione maiores informações sobre o assunto. Em relação à pesquisa bibliográfica, Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.60) afirmam que “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. [...]. Busca-se conhecer e analisar as atribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

OS DEFICIENTES E A HISTÓRIA

Historicamente a existência das pessoas que apresentam alguma deficiência física é marcada por discriminações, fruto de uma ideologia dominante na civilização humana desde seus primórdios, que acabou atribuindo à pessoa deficiente certo estado de inutilidade, inferioridade, incapacidades e em muitas sociedades antigas o “título” de

pecador. Podem-se perceber tais aspectos, por exemplo, ao observarmos a cultura hebraica que impedia os deficientes físicos de exercer o serviço do altar sagrado.

De acordo com o livro do Levítico 21, 18 – 20: “Nenhum homem com defeito poderá aproximar-se para ministrar, seja cego, coxo, desfigurado ou deformado, tenha pé ou mão quebrados, seja corcunda, anão, vesgo, tenha sarna, eczema ou testículo esmagado”.

Essa passagem é apenas um reflexo do contexto que permeou a vida dos deficientes físicos durante a idade antiga e idade média, um momento histórico marcado pela exclusão de pessoas tidas como anormais em relação ao resto da população, e em muitos casos até sacrifício destes acabaram ocorrendo com bastante frequência e naturalidade em diversas culturas, como a espartana.

A partir do trabalho de Silva (1987), em seu livro “A Epopeia Ignorada”, podemos perceber como eram tratados os deficientes na antiguidade. Relatos históricos apontam, por exemplo, que em sociedades como a romana e a espartana, o nível de preconceito e rejeição eram grandes, tanto os mais ricos, quanto os mais pobres possuíam o direito de assassinar seus filhos, quando estes nasciam com alguma deficiência física ou intelectual. A sociedade espartana famosa por pregar o ideal de corpo perfeito, também permitia o assassinato tanto de crianças, quando de adultos que nasceram com deficiência ou vieram obtê-las por algum problema já em idade adulta, estes eram mortos de forma extremamente violenta, jogados de penhascos ou lançados ao mar para morrerem afogados.

É perceptível que a ignorância da população em diferentes momentos da história, permitiu que ainda hoje na sociedade moderna e global, fosse perpetuado o enraizamento de ideologias errôneas acerca das capacidades dos deficientes, excluindo a ideia, ou o simples fato que muitos deficientes conseguem ter uma vida saudável, ativa e autônoma, assim como qualquer outro indivíduo.

Nota-se que desde sua origem, a espécie humana é acometida por diversos problemas, sejam eles, ataque de animais que muitas vezes levava o homem a morte, ou a perder um de seus membros; doenças graves, que acabava ocasionando sérios danos à saúde do ser humano e aos seus aspectos físicos; e também a má formação genética, que resultava no nascimento de crianças com alguma anomalia ou com má formação de seu corpo físico. Embora estes acontecimentos, possam ser classificados como corriqueiros dentro de uma sociedade, o homem optou por excluir certos indivíduos. Talvez este processo de exclusão em seu início se deva a motivos de sobrevivência (pois os primeiros seres humanos viviam cercados de perigos, e travavam uma verdadeira batalha por alimentos etc., sendo assim, a presença de um deficiente traria sérios atrasos e impasses para o clã nascente), ou mesmo pelo simples fato do ser humano ter aversão a tudo que é diferente da maioria, buscando assim subjugar, inferiorizar e excluir o diferente. (SZASZ, 1971).

Amaral (1995, p.43), em seu livro conhecendo a deficiência, retrata o destino das pessoas com essa condição genética, ao apontar que:

As pessoas deficientes tinham, conforme o momento histórico e os valores vigentes, seu destino selado de forma inexorável: ora eram mortas, assim que percebidas como deficientes, ora eram simplesmente abandonadas à “sua sorte”, numa prática então eufemisticamente chamada de “exposição”.

A triste realidade que permeou a vida das pessoas com necessidades específicas perdurou durante toda a idade antiga e idade média de maneira totalmente extrema, pois durante este período estas pessoas chegaram a ser consideradas a escória da humanidade, quando não mortas, eram tratadas com violência, humilhação, obrigadas a trabalhos pesados e até mesmo sujeito a experiências científicas, como nos aponta dados históricos.

Com a chegada da idade média, a situação social da pessoa com deficiência não mudou muito, durante este período as formas de tratamento e a ideologia acerca das pessoas nestas condições genéticas foram praticamente às mesmas da antiguidade, o deficiente ainda era visto como um ser sujeito a ação do demônio, ou alguém que despertou a ira divina. Para se ter ideia, por muito tempo a Igreja Católica de acordo com o seu código canônico, proibia a aceitação de candidatos ao sacerdócio que tivessem alguma deformação física.

À luz da idade moderna, e logo depois a idade contemporânea, trouxe um novo olhar acerca dos deficientes, inaugurando assim um novo momento histórico para esses indivíduos. A pena de morte deixou de ser algo comum, e o abandono passou a não ocorrer com tanta frequência e leis de amparo a pessoa deficiente foram criadas, dentre diversas outras ações sociais de assistência. No entanto, embora se tenha observado grandes avanços neste cenário, o preconceito ainda continuou e continua impregnado na sociedade. (ALT, 2015).

De acordo com Rodrigues (2006, p.9):

A exclusão tornou-se uma espécie de epidemia do início deste século: assustadora como a peste, altamente contagiosa e de cura pouco provável. Esta "epidemia social" demonstra uma grande vitalidade e dinâmica e, devido ao rápido alastramento, tem sido tratada como uma das ameaças mais serias ao desenvolvimento das sociedades, em cujos objetivos cada vez mais se inclui a sua erradicação.

Podemos perceber, a partir da fala de Rodrigues que a exclusão tem se tornado uma verdadeira doença dentro de qualquer sociedade, independente de classe (embora os "pobres" são mais atingidos), sexo, religião, etnia e assim em diante. Sendo assim, nota-se que a exclusão é um fator marcante e de cunho social.

Segundo Rodrigues (2006, p.10) a exclusão é devida:

Provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes, seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência, de etnia etc. as "ideias feitas" da sociedade associam ao "diferente" uma situação de ameaça, e desenvolvem estratégias de identificação, circunscrição, banimento ou subalternização de numerosos grupos sociais.

Assim sendo, pode-se observar que a exclusão ocorre a partir de conceitos dominantes pré-estabelecidos na sociedade, que temendo a desconstrução de seus ideais acabam por marginalizar o diferente, imprimindo a estes uma posição subalterna em relação às ditas pessoas normais.

Atualmente no Brasil graças a Lei 7.853 de 1989, houve um grande avanço na forma de encarar e conceber o deficiente, assim como respeitá-lo e incluí-lo na sociedade como sujeito autônomo, crítico e participativo, possibilitando assim que indivíduos com deficiência física possam exercer sua cidadania, tais avanços se devem a políticas públicas que visam assegurar os direitos dessa população, de acordo com essa lei:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º - Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Artigo 2º - Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Assim sendo, a lei garante ao deficiente os mesmos direitos dos demais cidadãos do país. Dentre tais direitos podemos destacar o fator educação, isso significa que de acordo com a lei pessoas com deficiência ou não, possuem o direito de frequentar a escola regular.

ASPECTOS COGNITIVOS DOS DEFICIENTES FÍSICO, VISUAL E AUDITIVO, E PAPEL DO PROFESSOR ENQUANTO MEDIADOR DO CONHECIMENTO.

Se por um lado a legislação brasileira garante aos deficientes os mesmos direitos que os demais membros da sociedade, sendo um destes direitos à educação regular, é necessário saber se esses indivíduos são capazes de se desenvolverem em todos os seus aspectos, sejam eles cognitivos, sociais, culturais e físicos, quando expostos a uma educação pública regular e comum a todos os sujeitos da sociedade, sejam eles deficientes e não deficientes. Para isso, é necessário primeiramente buscar a definição do que é deficiência e seus aspectos importantes, lembrando que a temática deste estudo é o deficiente sensorial, em seus aspectos físicos, visuais e auditivos no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental numa perspectiva de inclusão, para que assim se possa fazer uma análise de como está ocorrendo o processo de inclusão nas escolas da rede pública do país.

Para Schirmer (2007, p.23):

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

Percebe-se então que a deficiência física se caracteriza pelo comprometimento do sistema locomotor, muscular ou nervoso da pessoa. Esse comprometimento pode ser decorrente desde acidentes que possam levar o indivíduo a perder um de seus membros, doenças ou até mesmo devido má formação genética.

Em primeiro momento, e até mesmo de forma superficial, podemos apontar que a deficiência física não compromete o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, exemplo disso, é o número cada vez maior de deficientes nas universidades, e também atuando na sociedade em diferentes campos, como profissionais da saúde, da área jurídica e penal, entre diversos outros campos.

Ainda em relação à deficiência física, o decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, define que:

Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

A partir da citação do decreto federal, logo acima citado, é perceptível que a deficiência física, é uma alteração que não compromete o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo, uma vez que, esse tipo de deficiência é uma alteração que compromete as funções físicas do sujeito, atingindo seus movimentos e funcionamento de seu sistema muscular e esquelético em geral. Deste modo, se desenvolvido um trabalho pedagógico e psicológico adequado, tanto crianças, quanto jovens e adultos possuem as mesmas condições de se desenvolverem que um indivíduo não deficiente.

Já em relação à deficiência visual, autores como Sá, Campos e Silva (2007, p.15) apontam que:

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências.

Indubitavelmente, o deficiente visual é aquele que perdeu parte de sua visão, por decorrência de uma cegueira grave, ou a visão completa, em decorrência da cegueira total. Podendo esse indivíduo já nascer cego, por conta de complicações e má formação durante sua gestação, ou durante a infância, adolescência e vida adulta por meio de doenças ou acidentes. Ainda de acordo, com Sá, Campos e Silva (2007), a deficiência visual, não impede que o indivíduo cego possa desenvolver-se em todas as suas esferas, como qualquer outro indivíduo, pois pessoas que apresentam essas condições genéticas tem apenas sua visão comprometida, enquanto todos os outros sistemas e funções do organismo continuam a funcionar normalmente.

A capacidade cognitiva do deficiente visual não se diferencia de nenhum outro ser humano, pois como afirma Toledo (2009, p.8), a condição visual da criança ou do adolescente, não prejudica sua aprendizagem e conseqüentemente sua inteligência, podendo esta se desenvolver e aprender como qualquer outra criança dita "normal", o que diferencia os processos de ensino e aprendizagem da criança deficiente e da não deficiente, são os métodos e técnicas utilizadas, pois para se chegar a um processo de aprendizagem

significativa para com os deficientes visuais é necessário utilizar-se de recursos como o braille¹, e planos de aula adaptados a realidade da turma e das crianças com necessidades especiais.

É válido também abordar a deficiência auditiva, que se caracteriza como sendo a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade, dependendo do nível da perda a pessoa não consegue se comunicar através da linguagem oral, e se faz necessário a utilização de recursos gestuais entre outros. No Brasil, um desses recursos que dispomos é a Libras², adotada em todo o território nacional como modalidade de comunicação. No país ainda hoje a expressão “surdo mudo” é bastante utilizada, embora esteja incorreta, pois nem todo surdo é mudo e vice versa.

De acordo com Gorgatti e Costa (2008, p. 39):

Em virtude da complexa estrutura do ouvido, podem ser várias as razões da perda auditiva. Basicamente, são classificadas como condutivas ou sensorio-neurais. A surdez condutiva é aquela que se reduz a intensidade do som alcançado pelo ouvido interno. O distúrbio causador da surdez condutiva localiza-se no ouvido externo ou médio e interfere na capacidade de condução do som. Uma perda sensorio-neural ou da percepção é causada por problemas do ouvido interno ou do nervo auditivo, que transmite o impulso ao cérebro; neste caso as implicações são mais complexas e podem afetar outras funções.

Como se sabe, as causas da perda de audição podem ser as mais variadas possíveis, e podem ocasionar complicações em diferentes níveis, algumas menos graves e outras que levam o deficiente a perda completa da audição e em muitos casos, essa perda é acompanhada do não desenvolvimento da fala, o que não significa que o indivíduo seja mudo.

Já em relação aos aspectos cognitivos, Brasil (2006) expõe que:

Desenvolver-se cognitivamente não depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas dominar uma língua garante os melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos.

Por esse motivo, a Libras exerce grande importância no processo de ensino e aprendizagem, além de ser um importante recurso de comunicação social.

Nessa perspectiva, os deficientes a depender de suas limitações, sejam elas a falta de locomoção ou de algum membro do corpo, a falta da visão ou da audição, acabam por criar barreiras ao processo de ensino e aprendizagem, pois suas limitações exigem uma adaptação do plano de aula por parte do professor, para que o indivíduo com deficiência consiga desenvolver-se de forma igualitária, uma vez que, foi ofertado a ele condições para que isso acontecesse.

Supõe-se então, que o grande diferencial no ensino de deficientes são os métodos e técnicas utilizadas durante o processo educacional, pois a capacidade cognitiva destes se

¹Sistema de escrita com pontos em relevo que as pessoas privadas da visão podem ler pelo tato e que lhes permite também escrever.

²A LIBRAS é uma das linguagens de sinais existentes no mundo inteiro para a comunicação entre surdos.

igual a de qualquer outro indivíduo, o que vai propiciar o desenvolvimento dessas capacidades ou não é a maneira com que elas serão trabalhadas/ exercitadas dentro da sala de aula. Podemos dizer que o corpo humano é um organismo multifuncional e cheio de sensores que se interligam entre si, esse fato é muito importante, pois como se sabe o indivíduo pode aprender de diferentes maneiras, a visão, por exemplo, não é apenas o único caminho rumo à aprendizagem, temos que destacar a voz, a audição, o tato e assim em diante. O professor por sua vez, deve se utilizar destes diferentes meios de aprendizagem em sua ação pedagógica.

Segundo Luria (2001, p.34):

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vigotski concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências.

O deficiente é capaz de desenvolver-se por conta das diversas habilidades que a criança, jovem ou adulto possui, por exemplo, como dito anteriormente o professor pode utilizar o tato e a fala no processo de ensino de crianças cegas, pois na falta de um dos sentidos, a pessoa tende a desenvolver os demais sentidos de seu corpo. Assim sendo, explorar esses sentidos é importante para o desenvolvimento da criança, nesse caso, recursos como o braille tornam-se instrumentos importantes para a absorção do conhecimento, permitindo ao cego ser alfabetizado e assim poder ler e escrever.

Do mesmo modo, ocorre com os deficientes auditivos, com os cadeirantes e assim por diante, é necessário uma adaptação metodológica na maneira de conduzir e preparar as aulas, pois dentro de sala de aula, a uma enorme gama de diferenças tanto físicas, quanto sociais. Ninguém é igual a ninguém, por esse motivo o professor deve ter em mente que dentro do espaço escolar existem diferentes maneiras de se aprender. Uns aprendem ouvindo, outros observando, já outros falando, sendo assim, negar e recusar-se a adaptar o plano de aula é restringir e criar barreiras à aprendizagem.

Vygotsky (1997, p.17) afirma que:

A peculiaridade positiva da criança deficiente não se deve, em primeiro término, ater ao fato de que nela desaparecem tais ou quais funções observáveis em uma criança normal, senão que o desaparecimento de funções faz nascer novas formações que representam em sua unidade a reação da personalidade ao defeito, a compensação no processo do desenvolvimento. A criança cega ou surda pode conseguir o mesmo desenvolvimento que o normal, porém as crianças com defeito conseguem de distintos modos, por um caminho diferente, com outros meios.

Reforça-se então, o que já foi dito anteriormente em relação à capacidade cognitiva das crianças deficientes sensoriais, pois como o próprio Vygotsky afirma, a falta de uma das funções, propicia o desenvolvimento das demais funções do corpo humano, tornando essas funções mais sensíveis ao ambiente que os cerca e conseqüentemente mais ativas. Suponhamos que um indivíduo comum escreva com sua mão direita, sendo destro ele nunca utilizou sua mão esquerda, está por sua vez não possui nenhuma habilidade com a escrita, certo dia este indivíduo caiu e quebrou sua mão direita tendo que engessar e assim permanecer durante seis meses, esse fato fez com que ele exercitasse sua mão esquerda,

de pouco a pouco o indivíduo acabou desenvolvendo a habilidade da escrita na mão que até não possuía.

Nesse processo, o docente além de mediar o conhecimento, deve tornar a sala de aula um espaço inclusivo, harmonioso e acolhedor, para que não apenas os alunos deficientes, mas todo o corpo discente se sinta bem. De fato, o ambiente escolar, a utilização de metodologias adequadas, e ação do professor de maneira afetiva, ética e responsável são importantes elementos para o desenvolvimento intelectual, físico e social dos alunos deficientes.

Pois como os autores citados outrora apontam, o deficiente físico, auditivo e visual, possuem as mesmas capacidades de se desenvolverem cognitivamente, fisicamente e socialmente, assim como qualquer indivíduo não deficiente, exemplo, é o número cada vez maior de indivíduos com necessidades especiais que estão se formando e atuando como médicos, advogados, engenheiros, professores; ganhando espaço no campo esportivo, como atletas medalhistas e campeões mundiais, entre tantos outros exemplos.

A ESCOLA, EDUCAÇÃO INFANTIL, O ENSINO FUNDAMENTAL: SERÁ QUE ESTÁ HAVENDO INCLUSÃO?

De acordo com dados estatísticos do Censo Escolar³ de 2014, quase 700 mil crianças e adolescentes com necessidades especiais estavam matriculadas em classes da educação regular, destas cerca de 90% na rede pública de ensino.

De acordo com os dados fornecidos por, Brasil (2015) indicam:

Crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. [...]. Se considerarmos somente as escolas públicas, o percentual de inclusão sobe para 93% em classes comuns”, explicou a diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Martinha Clarete dos Santos.

É válido ressaltar, que estes números englobam tanto os deficientes sensoriais, quanto os mentais e indivíduos com síndromes variadas. No entanto, diante dos dados levantados logo acima o mais importante é analisar como está ocorrendo o processo de inclusão na escola regular, uma vez que incluir possui diferentes contextos.

Segundo pesquisas, e tendo como base os estudos de Bueno (1993), embora se esteja cada vez mais incluindo os deficientes no espaço da escola regular, o que se constitui como um grande avanço, por outro lado, não está ocorrendo a verdadeira inclusão que é incluir o deficiente no espaço escolar e oferecer-lhe meios para que possa desenvolver-se cognitivamente, socialmente e fisicamente. Os motivos que levam a essa falsa inclusão dentro da escola são os mais diversos possíveis, desde ideologias preconceituosas enraizadas desde os primórdios da sociedade que tendem a classificar os deficientes como seres incapazes e inertes, seja pela falta de formação dos professores que acabam não

³Pesquisa que tem por objetivo realizar um amplo levantamento sobre as escolas de educação básica no País. É o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Profissional.

sabendo lidar com o deficiente, seja por causa da falta de acompanhamento especializado que venha auxiliar os professores em sua prática, ou pelo simples descaso e má vontade de alguns docentes.

Dentre os diversos elementos para que a inclusão ocorra de fato, o primeiro passo é incluir como vem acontecendo o deficiente no espaço escolar, porém não da maneira que é feita atualmente, e sim de forma afetuosa, que passe para a criança ou o jovem que está sendo incluída a imagem de agradabilidade, harmonia e segurança, para que assim o indivíduo possa sentir o prazer de estar inserido naquele ambiente. Muitas vezes são efetuadas as matrículas dos indivíduos com necessidades especiais, no entanto, estes muitas vezes (quase sempre) são renegados aos guetos da sala de aula, em um estado de desprezo fazendo com que os alunos que apresentam certa deficiência sejam considerados um peso morto, e sejam tratados de maneira desigual, seja no que diz respeito aos conteúdos, a atenção dos docentes, e assim por diante.

De certo, o país já deu grandes avanços em relação a esse debate, embora haja muitos outros pontos ainda por resolver. Para Rodrigues (2006, p.66):

É crucial para a clareza do argumento a ser desenvolvido que, de início, esclareçamos que não partimos do já vulgarizado conceito de “escola inclusiva”, mas, antes, do de inclusão social. Em primeiro lugar, porque, como tem mostrado a investigação levada a cabo, sobretudo por sociólogos, a escola não surgiu, no seu desenvolvimento histórico, tão central como se supunha para o projeto de inclusão social. De fato, o paradigma sociocultural de modernidade atribuía à escola um papel central de combate à exclusão, concebendo-a como mecanismo social privilegiado para promover a mobilidade social dos indivíduos por meio de desenvolvimento destes. Todavia, como a origem da exclusão era perspectiva como sendo o produto das desigualdades econômicas, incluir, sob o ponto de vista da escola, era inevitavelmente “compensar” os handicaps socioculturais derivados do sistema de classe.

Diante deste cenário, a situação do deficiente perante a escola, perpassa as fronteiras de necessidades básicas e passa a ser considerada questão de justiça social. Sendo assim, Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007, p.14) apontam que:

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional.

É perceptível a partir da fala dos autores que uma escola que adote a inclusão, deve escolher por adotar práticas que se adequem a nova realidade que esta vivenciando, abrindo espaço para uma mudança em suas práticas pedagógicas de modo a atender toda a sua clientela de maneira que os faça interagir ativamente com as propostas e objetivos da instituição.

Talvez seja esse o motivo do fracasso da inclusão nas escolas brasileiras, uma vez que a escola inclui o deficiente visual, mas apenas o faz em uma única dimensão desprezando a outra. Com base nisso Rodrigues (2006, p. 11) diz que:

Quando se fala inclusão, é importante distinguir duas dimensões que talvez tenham tempos de implementação e metodologias de atuação distintos: uma que chamaríamos de inclusão essencial, e outra inclusão eletiva.

Pode-se concluir então, que no sistema educacional brasileiro a maioria das escolas apenas pratica a dimensão essencial da inclusão, o que é apenas uma etapa para se alcançar a verdadeira inclusão.

De acordo com Rodrigues (2006, p.11) a inclusão essencial é:

A dimensão que assegura a todos os cidadãos de dada sociedade o acesso e a participação sem discriminação a todos os seus níveis e serviços. Assim, a inclusão essencial pressupõe que ninguém pode ser discriminado por causa de uma condição pessoal no acesso à educação, saúde, emprego, lazer, cultura etc. É uma questão que se prende com os direitos humanos e com uma aceção básica de justiça social.

Sendo assim, é perceptível que na maioria das escolas brasileiras o que acontece em sentido de inclusão é a chamada inclusão essencial, ou seja, a garantia do indivíduo usufruir de determinado direito que lhe é assegurado por lei. Porém este fato não garante a qualidade deste direito, assim sendo, o aluno é incluído no espaço físico da escola, no entanto, não lhe é trabalhado incluído no sistema metodológico da instituição.

Rodrigues (2006, p.11) aponta que:

O fato da sociedade assegurar a inclusão essencial não a autoriza colocar as pessoas em nichos ou em "guetos". Todos os membros de uma sociedade pertencem a vários grupos, sejam eles determinados por laços familiares, por interesses profissionais, econômicos, culturais ou afetivos. Frequentemente se procura atribuir um lugar fixo e relativamente inamovível as pessoas em "risco de exclusão". Por exemplo, as pessoas com deficiência podem ter acesso a dimensão essencial da inclusão, mas a partir daí são consideradas pertencentes ao grupo das pessoas com deficiência. Logo, sua participação noutros grupos que não o das pessoas com deficiência pode ser considerada desnecessária, estranha e mesmo inadequada. Por isso é necessário desenvolver a dimensão eletiva da inclusão. Esta dimensão assegura que, independentemente de qualquer condição, a pessoa tem o direito de se relacionar e interagir com os grupos sociais que bem entende em função dos seus interesses.

Mediante esse aspecto, pode-se destacar que ao se falar de inclusão no espaço escolar, em seu sentido mais amplo e significativo é necessário primeiramente traçar caminhos que permitam a união entre os aspectos essencial e eletivo, para que a partir dessa ação se possa não apenas introduzir o deficiente visual, ou qualquer outro, no espaço escolar, mas também que esse não fique subjugado à condição que possui, mas que este possa interagir com o contexto encontrado tanto nos aspectos sociais, afetivos e pedagógicos. Perante isso, Rodrigues (2006, p.12) afirma:

Essas duas dimensões de inclusão são complementares: a inclusão essencial é a base para que se possa falar numa real inclusão eletiva. Como se poderá optar verdadeiramente entre alternativas possíveis se as condições de acesso básico não estiverem resolvidas? Se a inclusão essencial não estiver resolvida, a opção possível é escolher o mal menor.

Em suma, para que a escola seja de fato um ambiente de inclusão é necessário unir tanto os aspectos físicos, quanto os aspectos metodológicos e didáticos. De acordo com

Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007, p.14) “Isso deve ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas dos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável”. Nota-se a importância de transformar o ambiente escolar, em um local propício para o acolhimento das diversidades, para que desta forma o aluno possa sentir-se à vontade para interagir com o meio no qual está inserido.

Nessa perspectiva, o espaço físico da escola deve dar lugar ao surgimento do espaço ambiente. De acordo com Lima (1989, p.30):

O espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança, existe o espaço-alegria, o espaço medo, o espaço-proteção, o espaço mistério, o espaço descoberto, enfim, os espaços de liberdade ou opressão.

Ainda corroborando com essa linha de pensamento, Lima (1995, p.187) afirma:

Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para seu desenvolvimento. Para o ser humano, o espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento entre si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais.

Inegavelmente proporcionar um ambiente agradável, acolhedor e estruturado é o primeiro passo para que aconteça a inclusão de fato, no entanto, para que aja a verdadeira inclusão é necessário, além disso, reformular os métodos e técnicas pedagógicos, para que assim o objetivo real da inclusão escolar possa ser atingido. O segundo elemento de grande importância para que haja a inclusão na escola de fato, é a formação e capacitação dos professores para que eles saibam lidar com esse desafio. Embora muitos tenham recebido orientações acerca da inclusão durante sua formação acadêmica, e alguns cursos oferecidos pelas secretarias de educação, ainda há a necessidade de uma capacitação mais abrangente.

Para Alves (2009, p.45):

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Vale ressaltar mais uma vez o papel do professor para a concretização da inclusão no âmbito escolar, uma vez que, muitas vezes faltaram recursos financeiros para a compra de materiais didáticos específicos como, por exemplo, uma máquina de digitação em braille, ou qualquer outro material que venha auxiliar o professor; de certo, também nem todo professor terá um auxiliar especializado para ajudá-lo lidar com o deficiente, o que dificultará muito seu trabalho em reflexo das salas de aula superlotadas e com alunos muitas vezes indisciplinados. Porém, o professor ciente de seu trabalho, que desempenhe sua função com comprometimento e responsabilidade, tem em suas mãos a chave para o sucesso. Uma vez que, ele possa fazer de seu ato pedagógico, um ato investigativo e pesquisador, procurando entender a realidade do seu aluno “especial”, buscando mecanismos que possa utilizar no processo de ensino e aprendizagem desse aluno.

Em relação à responsabilidade e comprometimento do professor, Freire (2007, p.102) diz que:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiada contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou classes sociais[...].

O professor não deve ser inerte, este deve travar uma luta constantemente contra a discriminação, esse sujeito deve ser um profissional que priorize a justiça e a igualdade, tornando-se peça fundamental para a concretização da inclusão do deficiente na escola, pois se por um lado a lei garante a inclusão essencial, é através da ação e do trabalho do professor que a inclusão efetiva ocorrerá, e isso se dará através da afetividade, das novas metodologias e estratégias utilizadas pelo docente.

Para Rodrigues (2006, p.288):

O combate à exclusão na escola exige não só novos modos de regulação, mas também novas formas de organização. O desafio que se coloca hoje no combate a segregação e a exclusão é a criação de “espaços de recuperação da solidariedade perdida”.

Assim sendo, a inclusão no espaço escolar deve acontecer de maneira real, unindo dois aspectos importantes da inclusão, para que dessa maneira o deficiente possa desenvolver-se de maneira integral, tornando possível a concretização dos objetivos esperados para o processo de ensino e aprendizagem, neste sentido, o trabalho com a inclusão na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental é de grande importância, pois estas etapas são o início da vida escolar, e constituem-se como importantes momentos de desenvolvimento por apresentar às crianças elementos, conteúdos e vivências que serão de grande importância para a continuação de seus estudos. É nessa etapa que, por exemplo, o indivíduo tem seu primeiro contato com o ambiente escolar, com os conteúdos programáticos, com a rotina, é alfabetizado e assim por diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar é amar o que faz, é estar em meio a um oceano de diferenças e peculiaridades próprias de quem está sendo educado. Educar é ensinar, é transmitir saberes e conteúdos importantes para o indivíduo enquanto sujeito social, mais do que isso o ato educativo reveste-se da quebra de preconceitos e ignorâncias enraizadas na sociedade, é descobrir o novo e respeitar as diferenças. Nesse processo, a escola assume um papel importantíssimo, assim como cada professor, enquanto formador de opinião. Diante desse contexto, nota-se avanços em relação à inclusão no espaço escolar, porém esta inclusão abrange apenas o aspecto essencial, no que diz respeito a introduzir o deficiente no espaço físico comum a todos, mas a inclusão efetiva acaba não ocorrendo.

Embora venha ocorrendo um número muito grande de matrículas de alunos deficientes no ensino regular há muito ainda por fazer, é necessário aos professores capacitação e boa vontade para lidar com o diferente. É preciso uma adaptação metodológica e física para que o papel da escola se cumpra que seja formar o indivíduo em todas as suas esferas, e assim possa ocorrer a inclusão eletiva, ou seja, aquela que garante e assegura ao deficiente a qualidade no ensino, que oferta a esse sujeito um planejamento adaptado as suas necessidades, permitindo a ele desenvolver-se tanto cognitivamente, quanto socialmente e fisicamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, Wak editora, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ALT, Vivian. **Como o preconceito exclui pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/a-maldicao-do-preconceito-as-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 18 de abril. 2016.

BIBLIA, V.T. Levítico. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: CNBB. São Paulo: Canção Nova, 2007.

BRASIL, Portal do Brasil. **Dados do Censo escolar indicam o aumento de matrícula de alunos com deficiência**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculadas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 07 de jun. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. **educação infantil: Saberes e Práticas da Inclusão, Dificuldades de comunicação e sinalização, Surdez**. Portal MEC, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2016.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 06 de jun. 2016.

BRASIL. Presidência da república. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/deflei7853.htm>> . Acesso em: 20 de abr. 2016.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

LIMA, Elvira de SOUZA. **Como a criança pequena se desenvolve.** São Paulo: sobradinho, 2001.

LIMA, M.W.S. **Arquitetura e educação.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LURIA, A.R.; VIGOTSKI, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: Deficiência visual.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em: 21 de abr.2016.

SILVA, Otto Marques. **A epopeia ignorada: A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje.** São Paulo: CEDAS, 1987.

SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SZASZ, Thomas. **A fabricação da loucura: tradução Dante Moreira Leite.** 3º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

TOLEDO, Caroline Emilia de. **Deficiência visual no Ensino Fundamental.** Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36940888810.pdf>> Acesso em: 15 de abr.2016

VYGOTSKY, L. **Fundamentos de defectologia.** In: Vygotsky. Obras escogidas. Madri: Visor, 1997.